



Parlamento p.15

PSD propõe incentivos fiscais para famílias numerosas



PSD e o Governo p.4

Maria Luís Albuquerque
“O exercício que hoje apresentamos é decisivo para o nosso futuro colectivo”

POVO LIVRE



nº 1800

16 de Outubro de 2013

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

Primeiro-Ministro explica as linhas gerais do Orçamento aos deputados do PSD



Conselho de Ministros de 10 de Outubro de 2013

A reunião semanal do Conselho de Ministros, que teve início às 8 e 30 do dia 10, terminou perto das 7 da tarde, ao fim de cerca de dez horas.

Toda a parte da tarde da reunião do Conselho de Ministros foi dedicada ao fecho da proposta de Orçamento do Estado para 2014, depois de aprovadas outras medidas.

A parte final desta reunião não contou com a presença do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, que se deslocou a Belém para a sua reunião semanal com o Presidente da República, Cavaco Silva, agendada para as 17h00.

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 deve ser entregue pelo Governo PSD/CDS-PP, na Assembleia da República na terça-feira, dia 15 de Outubro.

Está agendada para domingo uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros para os últimos retoques na proposta de Orçamento do Estado para 2014, mas não houve qualquer comunicado após a reunião.

As medidas aprovadas foram anunciadas através de um comunicado, divulgado pelas 15:20, e não houve a habitual conferência de imprensa.



Comunicado

1. O Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que altera as condições e procedimentos de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, transpondo três directivas da União Europeia. São reguladas as condições a preencher pelos nacionais de países terceiros ou por apátridas para poderem beneficiar de protecção internacional, um estatuto uniforme para refugiados ou pessoas elegíveis para protecção subsidiária, o conteúdo da protecção concedida, bem como os procedimentos comuns de concessão e retirada do estatuto de protecção internacional.

2. O Conselho de Ministros aprovou as condições da oferta pública de venda e o caderno de encargos da venda directa institucional, bem como as condições especiais de aquisição de que beneficiam os trabalhadores da CTT - Correios de Portugal, S.A., e de sociedades que com ela se encontram em relação de domínio ou de grupo. Assim, a Parpública fica autorizada a alienar um número de acções representativas de uma percentagem de até 70% do capital social da CTT, S.A., através da realização das seguintes operações: oferta pública de venda (OPV) no mercado nacional; venda directa a um conjunto de instituições financeiras, que ficam obrigadas a proceder à subsequente dispersão das acções nos mercados de capitais. Do conjunto de acções destinado à OPV, um lote representativo de até 5% do capital será reservado à aquisição por trabalhadores. O preço de venda das acções, no âmbito desta reserva, beneficia de um desconto de 5% relativamente ao preço que for fixado por resolução do Conselho de Ministros para as acções oferecidas ao público em geral.

3. O Conselho de Ministros aprovou ainda a constituição da comissão especial de acompanhamento para o processo de privatização da CTT - Correios de Portugal, S.A.. Os membros que vierem a integrar a comissão especial de acompanhamento serão nomeados por despacho, nos termos da lei-quadro das privatizações. A esta comissão especial de acompanhamento incumbe apoiar tecnicamente o processo de privatização da CTT, S.A., e garantir a cabal observância dos princípios da transparência, do rigor, da isenção, da imparcialidade e da melhor defesa do interesse público.

4. O Governo aprovou um diploma respeitante à rotulagem do calçado, transpondo parcialmente duas directivas comunitárias. Estas alterações visam adaptar determinadas normas no domínio da livre circulação de mercadorias às condições de adesão à União Europeia da República Checa, da República da Estónia, da República de Chipre, da República da Letónia, da República da Lituânia, da República da Hungria, da República de Malta, da República da Polónia, da República da Eslovénia e da República Eslovaca.

5. O Conselho de Ministros aprovou uma resolução que autoriza a realização, mediante concurso público internacional, de despesa a efectuar pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P. (IFAP, I.P.) com a aquisição dos serviços necessários à realização de acções de controlo físico e por teledeteção, no âmbito das ajudas e dos apoios financeiros do FEAGA e do FEADER. A despesa respeita aos anos de 2014 e 2015 e o montante total autorizado é de aproximadamente 4, 26 milhões de euros.

6. O Governo aprovou uma resolução que autoriza a realização de despesa com a aquisição de serviços de limpeza por vários organismos do Ministério da Administração Interna para o período de 2014 e 2015, até ao montante de aproximadamente 8,297 milhões de euros.

7. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha para a Criação do Bloco Funcional de Espaço Aéreo do Sudoeste (SW FAB), assinado em Lisboa, em 17 de maio de 2013. Este acordo insere-se na política da União Europeia de criação do Céu Único Europeu, um programa que tem como objectivo a organização do espaço aéreo europeu de uma forma mais racional e segura, através da instituição de blocos funcionais, eliminando ou reduzindo as ineficiências resultantes da sua actual fragmentação.- Gab. Imp. CM's

Condolências do PSD por ocasião do falecimento de Wilfried Martens

É com grande tristeza que tomei hoje conhecimento da morte do antigo Primeiro-Ministro e Ministro de Estado da Bélgica e Presidente do PPE, Wilfried Martens.

Neste período difícil permita que me associe ao vosso luto e que dirija em nome do PSD e a título pessoal as mais sinceras condolências, que peço, transmita à sua família e aos mais próximos.

A Bélgica perde um dos dirigentes políticos mais importantes da sua história, e um verdadeiro homem de Estado. Ao longo da sua carreira política sempre fez prova de um empenhamento notável em favor do seu país e da Europa.

A acção de Wilfried Martens foi sempre guiada por um profundo empenho na realização do ideal europeu. Na qualidade de presidente do PPE trabalhou sempre com a força da sua convicção e na busca de compromissos nos mais importantes dossiers europeus.

Peço-lhe, Sr. Presidente, que aceite a minha maior consideração e estima,
Pedro Passos Coelho



Cimeira Ibero-Americana

Passos Coelho acompanha o Presidente da República numa visita ao México e Panamá

O Presidente da República, Cavaco Silva, e o Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, vão participar juntos na XXIII Cimeira Ibero-Americana, que se realiza no Panamá, nos dias 18 e 19 deste mês, e visitarão o Canal do Panamá.

Segundo notas hoje divulgadas pela Presidência da República e pelo gabinete do primeiro-ministro, à margem da XXIII Cimeira Ibero-Americana, Cavaco Silva e Passos Coelho irão visitar o Canal do Panamá, uma ligação de cerca de 80 km entre os oceanos Atlântico e Pacífico, inaugurada há cem anos, que está em fase de alargamento.

O Primeiro-Ministro tem previsto um encontro com o presidente do Panamá, Ricardo Martinelli, no dia 18, seguido de assinatura de documentos bilaterais e de uma conferência de imprensa conjunta.

Por sua vez, a nota divulgada pela Presidência da República refere que Cavaco Silva terá “oportunidade de manter diversos contactos com os seus homólogos ibero-americanos” e, a convite de Ricardo Martinelli, “participará, como convidado especial, no almoço de encerramento do Encontro de Empresários Ibero-Americanos”, que contará com a participação de empresários portugueses.

Antes desta cimeira, o chefe do executivo português fará uma visita de um dia e meio ao México, na quarta e na quinta-feira, dias 16 e 17.

A XXIII Cimeira Ibero-Americana vai decorrer na Cidade do Panamá subordinada ao tema “O papel político, económico, social e cultural da comunidade ibero-americana no novo contexto mundial”.

A partida de Passos Coelho para o México estava prevista para terça-feira à noite, no dia data em que deve ter sido entregue na Assembleia da República a proposta de Orçamento do Estado para 2014.

O primeiro-ministro português, estará acompanhado pelo ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete e vai ainda encontrar-se com potenciais investidores mexicanos em Portugal, encerrar um seminário empresarial e oferecer uma recepção à comunidade portuguesa residente naquele País.

Para além disso, Passos Coelho estará presente numa cerimónia em que receberá a chave da Cidade do México.

Na quinta-feira, dia 17, o chefe do executivo PSD/CDS-PP vai assistir à apresentação do projecto e entrega do título de concessão de uma auto-estrada, à empresa portuguesa Mota-Engil, na cidade de Toluca, seguindo depois para o Panamá.

No Panamá, nos dias 18 e 19, o primeiro-ministro vai participar na XXIII Cimeira Ibero-Americana, juntamente com o Presidente da República, Cavaco Silva.

Em anteriores governos, nos últimos nove anos, foi por diversas vezes anunciada a visita do primeiro-ministro de Portugal ao México, mas nunca se concretizou até agora.

Em Maio de 2004, o então Primeiro-Ministro, Durão Barroso, adiou para o outono uma visita ao México, para poder assistir à final da Liga dos Campeões entre o Futebol Clube do Porto e o Mónaco. Durão Barroso, entretanto, nesse mesmo ano, deixou a chefia do Governo português, de coligação entre PSD e CDS-PP, para assumir funções como presidente da Comissão Europeia.



Em Outubro de 2005, com o PS no Governo, o primeiro-ministro, José Sócrates reuniu-se com o presidente do México da altura, Vicente Fox, à margem de uma Cimeira Ibero-Americana, em Salamanca, Espanha. Na sequência desse encontro, o próprio Vicente Fox divulgou que José Sócrates deveria visitar o México em 2006, acompanhado de uma delegação de empresários.

Em maio de 2006, à margem de uma Cimeira União Europeia/América Latina e Caraíbas, na Áustria, o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que tinha aceite um convite para visitar o México “até Novembro” desse

ano, o que não se veio a verificar.

Em Dezembro de 2008, com Felipe Calderón à frente do Governo mexicano, foi o ministro dos Negócios Estrangeiros português, Luís Amado, quem fez o anúncio, em Lisboa, de que o primeiro-ministro, José Sócrates, iria realizar uma visita oficial ao México em 2009.

Em Dezembro de 2010, no final da XX Cimeira Ibero-Americana, em Mar del Plata, na Argentina, José Sócrates anunciou que iria visitar o México no primeiro trimestre de 2011, mas José Sócrates deixou o cargo de primeiro-ministro a meio de 2011, sem nunca ter visitado o México.

Em Janeiro deste ano, à margem de uma cimeira entre estados da União Europeia e da América Latina e Caraíbas, o primeiro-ministro português, Pedro Passos Coelho, esteve reunido com o presidente do México, Enrique Peña Nieto, em Santiago do Chile.

Em Outubro de 2011, tinha-se encontrado com o antecessor de Peña Nieto, Felipe Calderón, em conjunto com o Presidente da República Portuguesa, Cavaco Silva, durante a Cimeira Ibero-Americana, no Paraguai.

Nesta ocasião, foi divulgado que Passos Coelho tinha aceite um convite de Felipe Calderón para visitar o México no início de 2012.

A visita do primeiro-ministro português ao México realiza-se agora, e segue-se a uma realizada em Junho pelo, na altura, ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e actual vice-primeiro-ministro, Paulo Portas, com uma agenda dominada pela diplomacia económica. – Fonte: Lusa

A Ministra de Estado e das Finanças apresentou a proposta de Orçamento

“O exercício que hoje apresentamos é decisivo para o nosso futuro colectivo”

A proposta de Orçamento do Estado para 2014 foi entregue dia 15 de Outubro, na Assembleia da República, cumprindo os prazos legais previstos para a sua apresentação pelo Governo. Quero começar por agradecer a todos os que, no Ministério das Finanças, voltaram a dar provas de dedicação e profissionalismo exemplares. Sem o vosso empenho, não teria sido possível concluir esta exigente tarefa. Tenho um enorme orgulho de liderar esta equipa. A todos muito obrigada.

Todas as Propostas do Orçamento do Estado são difíceis. Os recursos são sempre escassos e as necessidades muitas, mas o exercício que hoje apresentamos para 2014 é, mais do que difícil, decisivo para o nosso futuro colectivo.

Representa a determinação do Governo em concluir o Programa de Ajustamento em Junho do próximo ano e em iniciar um novo ciclo de consolidação duradoura e de crescimento económico. Esse é o fim que pretendemos alcançar e que enquadra os meios que nos propomos utilizar.

A crise financeira expôs os desequilíbrios da economia portuguesa, não os criou

Quando apresentamos ao país um Orçamento ainda tão exigente e que impõe tantos sacrifícios, importa lembrar o muito que já foi conseguido. Para que os sacrifícios feitos e a fazer tenham sentido e propósito. Desde o início do Programa de Ajustamento Económico, alcançámos progressos significativos face aos desequilíbrios acumulados até ao final de 2010.

Nesse ano, o défice orçamental e o défice externo rondavam os 10% do Produto Interno Bruto. A crise financeira expôs os desequilíbrios da economia portuguesa, não os criou. Neste contexto, os credores começaram a duvidar da nossa capacidade para honrar os nossos compromissos. No início de 2011, perdemos mesmo o acesso ao mercado de obrigações. E entrámos na mais grave crise de que há memória na nossa democracia.

Tivemos de pedir ajuda internacional para conseguirmos pagar salários, pensões e assegurar as funções essenciais do Estado. E poucos terão a noção de quão perto estivemos de uma situação de falência desordenada. O Programa de Ajustamento acordado com a Troika, impediu a bancarrota e garantiu ao país tranquilidade financeira. Mas implicou que o País assumisse o compromisso firme de ajustamento que sempre adiou. Desde então, cumprimos os nossos compromissos e conseguimos importantes resultados ao nível da consolidação orçamental, do ajustamento externo, da maior estabilidade do sistema bancário e das novas bases estruturais da economia.

Os ajustamentos que a Proposta de Orçamento do Estado para 2014 introduz são fundamentais para cumprir os compromissos de défice e dívida e para concluir com sucesso o Programa de Ajustamento. Mas, implicou que o País assumisse o compromisso firme de ajustamento que sempre adiou. Desde então, cumprimos os nossos compromissos e conseguimos importantes resultados ao nível da consolidação orçamental, do ajustamento externo, da maior estabilidade do sistema bancário e das novas bases estruturais da economia.

Os ajustamentos que a Proposta de Orçamento do Estado para 2014 introduz são fundamentais para cumprir os compromissos de défice e dívida e para concluir com sucesso o Programa de Ajustamento. Mas, e muito mais



importante que isso, são indispensáveis para assegurar o futuro, para que o Estado continue a pagar salários e pensões em 2015, 2016 e em todos os anos seguintes. Aqueles que ainda estão no activo têm também legítimas expectativas de receber uma pensão, quando atingirem a idade da reforma. E os que continuarem a trabalhar no sector público, têm a expectativa, igualmente legítima, de continuar a receber salário.

«Assegurar que o País não voltará a estar numa situação em que pode perder tudo, de um momento para o outro»

O que os ajustamentos agora propostos pretendem acima de tudo é assegurar que o País não voltará a estar numa situação em que pode perder tudo de um momento para o outro. Que os salários e pensões podem ter sido ajustados, mas que continuarão a ser pagos, permitindo às famílias planear a sua vida e honrar os seus compromissos. Que o futuro será melhor que o passado, porque terá bases mais sólidas.

A realidade é incontornável e é obrigação do Governo adoptar as medidas que tornam a despesa pública compatível com essa realidade: de uma população mais envelhecida, de um desemprego estrutural mais elevado, de uma competitividade que continua a precisar de aumentar, depois de demasiados anos em que vimos os nossos parceiros europeus ganhar terreno e Portugal a ficar para trás.

Os sacrifícios agora pedidos são os estritamente indispensáveis para assegurar esse futuro. E resultam de um total empenho em distribuí-los com equidade e proporcionalidade, sempre protegendo os mais desfavorecidos.

A preocupação do Governo em chamar todos a contribuir para o esforço de ajustamento do país está presente desde o primeiro Orçamento que elaborámos. Mas entendemos que, sendo pedidos esforços adicionais a funcionários públicos e pensionistas, o mesmo devia

ser pedido igualmente a outros agentes económicos. As medidas propostas ao nível da receita reflectem essa preocupação.

O esforço de consolidação orçamental é, de facto, apenas uma das muitas dimensões do Programa. Mas é a dimensão central.

Só reduzindo o défice e alcançando o equilíbrio orçamental poderemos reduzir efectivamente o nível da dívida pública e redefinir as bases de um crescimento sustentado. Este é um imperativo que vai além das obrigações assumidas a nível europeu. É um imperativo para Portugal, para que possamos construir um futuro melhor para os nossos filhos e para os nossos netos.

Foi a enorme acumulação de dívida no passado que conduziu à situação de emergência financeira, exigindo um ajustamento abrupto, marcado pela quebra de actividade, pelo aumento do desemprego e por um grande nível de incerteza. Os jovens viram o seu futuro comprometido, quando este estava apenas a começar. É nosso dever garantir que as gerações futuras não serão excessivamente penalizadas pelas decisões das gerações anteriores. Para isso, temos de trabalhar para reduzir os níveis de dívida e para assegurar a sustentabilidade das finanças públicas.

O ajustamento orçamental é também decisivo para restabelecer a estabilidade financeira e, por esta via, criar as condições para a recuperação da actividade económica e do emprego.

Depois de um grande ajustamento das famílias e das empresas, é dever do Estado aprofundar o seu próprio ajustamento.

A redução do défice é talvez o indicador mais imediato e mais objetivo do cumprimento dos nossos compromissos e da concretização do ajustamento. É, de facto, uma condição necessária para que o Programa termine em 2014. E constitui um passo fundamental para recuperarmos a nossa independência financeira com o regresso aos mercados. Com efeito, a conclusão do Programa constitui o maior voto de confiança por parte dos nossos parceiros internacionais – significa que Portugal cumpriu, que Portugal ajustou e que Portugal



começa a recuperar. Ou seja, indica aos mercados e aos nossos credores que Portugal está no bom caminho e que já corrigiu os principais desequilíbrios na origem da instabilidade de 2011.

Neste contexto, a percepção dos investidores melhora e o Tesouro pode retomar as emissões de dívida de médio e longo prazo com maior regularidade e menores taxas de juro. Esta normalização repercute-se em melhores condições de financiamento de mercado para as grandes empresas e para os bancos. De seguida, são as pequenas e médias empresas, que em geral se financiam através dos bancos, que beneficiam de um menor custo nos seus empréstimos. E conclui-se, assim, a transmissão das melhores condições de financiamento do Tesouro ao conjunto da economia. É este o quadro que permite o relançamento do investimento produtivo. E é o investimento produtivo que impulsionará a recuperação da actividade económica e sustentará a criação durável de emprego no futuro.

O ajustamento orçamental abre assim o caminho a um crescimento sustentado, assente em finanças públicas sólidas e num sistema financeiro estável. Numa altura em que sinais deste esforço se começam a materializar, é altura de persistir. Não é altura de recuar. É este princípio que define a Proposta do Orçamento do Estado para 2014.

Conforme anunciei recentemente, as perspectivas para a actividade económica em 2014 são encorajadoras, ainda que se enquadrem num contexto de incerteza. Ao contrário do que alguns ainda insistem em dizer, a economia portuguesa está a sair da recessão. Esta é uma constatação indesmentível, e não uma promessa vaga. Estima-se um crescimento do PIB de 0,8% para o próximo ano, após uma recessão de 1,8% em 2013, significativamente inferior ao que tinha sido previsto ainda antes do verão. Prevê-se também que o consumo privado e o investimento registem uma evolução positiva em 2014, contribuindo assim para a recuperação gradual da Procura Interna. A taxa de desemprego deverá fixar-se em 17,7%, em comparação com os 17,4% previstos para 2013, prosseguindo a tendência de estabilização. Está ainda muito longe do que queremos que seja, mas está a melhorar.

Este cenário é compatível com a prossecução do esforço de consolidação orçamental. No próximo ano, o défice continuará a ser reduzido. Atingirá aproximadamente 6793 milhões de euros em contabilidade nacional, equivalentes aos 4,0% do PIB acordados com a Troika. Mais importante ainda, a dívida pública irá diminuir, em termos relativos, para 126,7% do PIB, depois de aumentos anuais consecutivos desde 2007. Mas enquanto não atingirmos o equilíbrio orçamental, a dívida em termos absolutos irá continuar a aumentar. A persistência no ajustamento é, assim, decisiva.

Os limites quantitativos do Programa indicam apenas a trajectória orçamental a seguir. A dimensão do esforço orçamental para a cumprir, porém, é determinada em



conjunto com outros factores.

Na óptica do Programa de Ajustamento, o défice orçamental em 2013 será de 5,5% do PIB, uma vez que não é considerada a despesa relativa à injeção de capital no

BANIF. As restantes medidas pontuais deste ano respeitam ao regime excepcional de regularização de dívidas fiscais e à Segurança Social e ao crédito fiscal extraordinário ao investimento. No seu conjunto, estas duas medidas permitem reduzir o défice orçamental de 2013 em 0,3 p.p., mas não têm impacto no défice de 2014. Ou seja, mesmo que só quiséssemos manter o défice ao nível de 2013, teríamos sempre de implementar medidas de consolidação orçamental neste montante. O efectivo ponto de partida para determinar o esforço necessário é então o défice de 2013 excluindo medidas pontuais, ou seja, 5,8% do PIB.

A este valor, acresce um conjunto de pressões orçamentais equivalentes a 1 p.p. do PIB, isto é, um conjunto de factores que o Governo não controla mas que fazem aumentar a despesa pública. Em 2014, estas pressões respeitam sobretudo ao acréscimo dos encargos com as Parcerias Público-Privadas face a 2013, que resulta de decisões tomadas ainda pelo Governo anterior de investir em estradas e deixar a factura para depois. Este aumento de despesa seria ainda maior se o actual Governo não tivesse procedido à sua renegociação. Constituem ainda pressões em 2014 o aumento do número de pensionistas e reformados e o requisito legal de constituir uma dotação provisional para cobrir despesas não previstas. Ou seja, por si só, o efeito global destas pressões na despesa colocaria o défice do próximo ano em 6,8% do PIB.

A melhoria das perspectivas da actividade económica para 2013 e 2014, por sua vez, tem um impacto favorável na redução do défice de 2014 estimado em 0,5 p.p. do PIB. Considerando este efeito, caso não executássemos nenhuma medida de consolidação orçamental, o défice

atingiria 6,3% do PIB.

Para cumprirmos o limite de 4,0% fixado para 2014, são assim necessárias medidas de consolidação orçamental num montante de 2,3% do PIB, ou seja, de aproximadamente 3.900 milhões de euros.

Dadas as condições de partida, coube ao Ministério das Finanças definir esta restrição financeira. Com base nestes dados, o Governo iniciou um processo de reflexão sobre as opções de política a tomar para garantir o ajustamento orçamental. Essas decisões foram finalizadas no Conselho de Ministros do passado Domingo.

Como em 2013 já foi realizado um aumento significativo da carga fiscal, o Governo decidiu concentrar o ajustamento orçamental de 2014 em medidas de redução da despesa pública, como aliás sempre esteve previsto no Memorando de Entendimento. Um novo aumento generalizado de impostos, num período de recuperação económica do país, teria custos económicos e sociais inaceitáveis. E corresponderia mais uma vez a adiar a solução estrutural.

Com efeito, a redução da despesa é a solução que permite, em simultâneo:

Cumprir os compromissos internacionais de redução do défice orçamental;

Minimizar os custos a suportar pela economia; e

Criar as condições de sustentabilidade futura das finanças públicas, incluindo do sistema de pensões.

O programa de redução de despesa pública deve ser equilibrado, necessariamente abrangente, e desenvolver-se em várias frentes em simultâneo. Por um lado, dado que 70% do total de gastos do Estado são aplicados em prestações sociais e despesa com pessoal, tornou-se claro que uma redução efectiva e estrutural da despesa pública teria de afectar necessariamente estas áreas. Por outro, seria sempre preciso ter em conta rubricas com menor peso, como é o caso das despesas de funcionamento, do investimento e das transferências. Neste contexto, o Governo decidiu enquadrar o esforço de redução de despesa tendo como princípio estratégico orientador a prossecução de objectivos de equidade:

- Equidade entre trabalhadores do sector público e do privado;
- Equidade entre gerações;
- Equidade entre os serviços públicos e os agentes privados.

Actualizadas as pensões mínimas e quem menos tem, vai receber mais

Apesar da contenção da despesa, e pelo terceiro ano consecutivo, o Governo decidiu actualizar as pensões mínimas sociais e rurais, garantindo que quem tem menos não perde poder de compra.

Assim, cerca de 86% do esforço permanente de ajustamento introduzido por este Orçamento, é realizado do lado da despesa. Decorre da implementação de medidas de redução de despesa de cerca de 3.200 milhões de euros, que se dividem entre as rubricas de despesa com pessoal, prestações sociais e medidas de carácter social.

As despesas com pessoal permitirão obter poupanças de aproximadamente 1.300 milhões de euros.

Neste âmbito, quero destacar a alteração da política remuneratória dos funcionários públicos, que substitui, e realço, substitui, a medida de idêntico alcance introduzida com o Orçamento do Estado para 2011, ou seja, ainda antes do início do Programa de Ajustamento.

Em 2014, será aplicada uma redução remuneratória progressiva entre 2,5% e 12%, com carácter transitório, às remunerações mensais superiores a 600 euros de todos os trabalhadores das Administrações Públicas e do Sector Empresarial do Estado, sem qualquer excepção, bem como

dos titulares de cargos políticos e outros altos cargos públicos. Recordo, a este propósito, que se manterá em vigor o corte adicional de 5% nas remunerações de todos os titulares de cargos políticos.

Serão integralmente protegidos os rendimentos mensais até 600 euros, uma vez que os trabalhadores com remunerações iguais ou inferiores a este valor não são sujeitos à redução.

Assegura-se ainda que os trabalhadores sujeitos



à medida nunca receberão uma remuneração mensal inferior a 600 euros.

A aplicação progressiva de reduções remuneratórias a partir dos 600 euros resulta da necessária simetria com a convergência entre o sistema de pensões público e o sistema de pensões privado.

Quero deixar claro que esta medida constitui uma reformulação – e não um acréscimo – das reduções remuneratórias introduzidas pelo Orçamento do Estado para 2011, que pressupunham uma redução entre 3,5% e 10% para rendimentos mensais superiores a 1500 euros.

Mantendo-se a isenção absoluta dos rendimentos inferiores a 600 euros por razões de justiça social e salvaguarda do mínimo de existência condigna, é de referir que a redução do limite inferior a partir do qual a redução é aplicável teve também como propósito corrigir uma inadequada política de rendimentos na Administração Pública, em particular no que respeita ao diferencial verificado face ao sector privado. A determinação pelo Tribunal Constitucional

da reposição do subsídio que tinha sido suspenso no Orçamento do Estado para 2013 não pôde ser corrigida ainda este ano, mas impõe-se por razões de sustentabilidade. Apesar das restrições, em 2014, reintroduz-se a possibilidade de atribuição de prémios na Administração Pública. Importa ainda deixar claro que a decisão do Governo de manter o pagamento do subsídio de Natal em regime de duodécimos, tem como única finalidade minimizar o impacto do ajustamento salarial no rendimento mensal, facilitando o cumprimento dos compromissos e a gestão orçamental das famílias. Não resulta em nenhuma vantagem financeira ou orçamental para o Estado e muito menos de uma teimosia do Governo.

«Alteração da política de rendimentos e poupanças em despesa com pessoal»

Para além da alteração da política de rendimentos, as poupanças em despesa com pessoal serão obtidas através das medidas anunciadas em Maio, quando da

conclusão do sétimo exame regular, isto é: a aplicação do horário de 40 horas semanais, a redução de efectivos por aposentação e rescisão e a utilização do sistema de requalificação de trabalhadores.

As medidas sobre as prestações sociais terão um impacto orçamental de aproximadamente 900 milhões de euros.

Neste âmbito, serão aplicados os mecanismos de convergência entre as pensões do sistema da Caixa Geral de Aposentações e do sistema da Segurança Social, nos termos da Proposta de Lei já submetida à Assembleia da República. Será também mantida a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, nos mesmos moldes anteriormente desenhados.

No entanto, quero desde já esclarecer que foram criadas as disposições necessárias para evitar uma eventual acumulação da CES com a redução da pensão operada pela via da convergência da CGA. Em particular, a Proposta do Orçamento estabelece que os pensionistas da CGA não serão duplamente afectados pelos efeitos da convergência da fórmula de cálculo e da CES.

Em paralelo com estas medidas, será ainda introduzida uma condição de recursos nas pensões de sobrevivência, bem como o ajuste da idade de acesso à pensão de velhice, que passa para os 66 anos, com base no factor de sustentabilidade.

Por fim, um conjunto alargado de medidas sectoriais permitirão reduzir as despesas em todos os níveis das Administrações Públicas em cerca de 1000 milhões de euros.

Estas medidas resultam de um processo de revisão estrutural da despesa, levado a cabo cuidadosamente por cada Ministério e traduzido na Proposta de Orçamento hoje apresentada.

Destaco, como exemplos:

A racionalização de custos e redefinição de processos nas áreas da Segurança e Defesa;

A redução das indemnizações compensatórias para o Sector Empresarial do Estado;

A redução das transferências para a Administração Local, em linha com o esforço de redução de despesa requerido à Administração Central;

A Reforma Hospitalar e optimização de custos na

área da Saúde.

Este esforço de redução de despesa será ainda complementado com medidas do lado da receita de aproximadamente 1.000 milhões de euros.

De entre as medidas do lado da receita direccionadas à correcção de distorções específicas na economia, destaco:

O aumento da tributação autónoma dos carros de função, utilizados por quadros médios e superiores das empresas, de forma a eliminar o incentivo de não tributar estes carros como rendimento em espécie daqueles quadros em sede de IRS, como acontece na esmagadora maioria dos países da União Europeia;

A introdução de um adicional de Imposto Único de Circulação sobre as viaturas ligeiras de passageiros a gasóleo, de modo a compensar a diferença de tributação do gasóleo face à gasolina em sede de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos, bem como pelo facto de, em regra, estas viaturas serem mais poluentes;

O agravamento da tributação em todas as formas de tabaco e das bebidas alcoólicas.

A optimização do uso de fundos europeus disponíveis no quadro comunitário de apoio que se inicia em 2014 permitirá obter igualmente um acréscimo de receita orçamental.

Para além disso, foram desenhadas medidas que asseguram que todos os agentes económicos, e em particular aqueles com maior capacidade contributiva, são chamados a participar no esforço de ajustamento com contribuições adicionais. Neste âmbito, será introduzida uma contribuição extraordinária sobre o sector energético, que acresce às medidas de redução de rendas que vêm sendo aplicadas desde 2012. Será também aumentada a contribuição sobre o sistema bancário, em vigor desde 2011 e reduzida a isenção de IMI e IMT que beneficiavam os fundos de investimento imobiliário.

As medidas sobre as prestações sociais terão um impacto orçamental de aproximadamente 900 milhões de euros. Neste âmbito, serão aplicados os mecanismos de convergência entre as pensões do sistema da Caixa Geral de Aposentações e do sistema da Segurança Social, nos termos da Proposta de Lei já submetida à Assem-

bleia da República. Será também mantida a Contribuição Extraordinária de Solidariedade, nos mesmos moldes anteriormente desenhadas.

No entanto, quero desde já esclarecer que foram criadas as disposições necessárias para evitar uma eventual acumulação da CES com a redução da pensão operada pela via da convergência da CGA. Em particular, a Proposta do Orçamento estabelece que os pensionistas da CGA não serão duplamente afectados pelos efeitos da convergência da fórmula de cálculo e da CES.

Em paralelo com estas medidas, será ainda introduzida uma condição de recursos nas pensões de sobrevivência, bem como o ajuste da idade de acesso à pensão de velhice, que passa para os 66 anos, com base no fator de sustentabilidade.

Redução das despesas em todos os níveis das Administrações Públicas

Por fim, um conjunto alargado de medidas sectoriais permitirão reduzir as despesas em todos os níveis das Administrações Públicas em cerca de 1000 milhões de euros.

Estas medidas resultam de um processo de revisão estrutural da despesa, levado a cabo cuidadosamente por cada Ministério e traduzido na Proposta de Orçamento hoje apresentada.

Destaco, como exemplos:

A racionalização de custos e redefinição de processos nas áreas da Segurança e Defesa;

A redução das indemnizações compensatórias para o Sector Empresarial do Estado;

A redução das transferências para a Administração Local, em linha com o esforço de redução de despesa requerido à Administração Central;

A Reforma Hospitalar e optimização de custos na área da Saúde.

Este esforço de redução de despesa será ainda complementado com medidas do lado da receita de aproximadamente 1.000 milhões de euros.

De entre as medidas do lado da receita direccionadas à correção de distorções específicas na economia, destaco:

O aumento da tributação autónoma dos carros de função, utilizados por quadros médios e superiores das empresas, de forma a eliminar o incentivo de não tributar estes carros como rendimento em espécie daqueles quadros em sede de IRS, como acontece na esmagadora maioria dos países da União Europeia;

A introdução de um adicional de Imposto Único de Circulação sobre as viaturas

ligeiras de passageiros a gasóleo, de modo a compensar a diferença de tributação do gasóleo face à gasolina em sede de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos e Energéticos, bem como pelo facto de, em regra, estas viaturas serem mais poluentes;

O agravamento da tributação em todas as formas de tabaco e das bebidas alcoólicas.

A optimização do uso de fundos europeus disponíveis no quadro comunitário de apoio que se inicia em 2014 permitirá obter igualmente um acréscimo de receita orçamental.

Para além disso, foram desenhadas medidas que asseguram que todos os agentes económicos, e em particular aqueles com maior capacidade contributiva, são chamados a participar no esforço de ajustamento com contribuições adicionais. Neste âmbito, será introduzida uma contribuição extraordinária sobre o sector energético, que acresce às medidas de redução de rendas que vêm sendo aplicadas desde 2012. Será também aumentada a contribuição sobre o sistema bancário, em vigor desde 2011 e reduzida a isenção de IMI e IMT que beneficiavam os fundos de investimento imobiliário.

O Orçamento do Estado para 2014 é o último que preparamos no quadro do Programa.

Mas não é o último do processo de ajustamento.

Nos próximos anos temos de continuar a trabalhar para alcançar o equilíbrio orçamental. Para começarmos a reduzir os níveis de dívida pública. Para recuperarmos a autonomia financeira.

Para garantir que os esforços dos Portugueses cumprem o seu propósito – a construção de um futuro com maior riqueza e mais e melhores empregos, com melhores salários.

Mas a transição para esta trajectória de crescimento sustentado e de criação duradoura de emprego que ambicionamos, e para a qual trabalhamos, não será instantânea. Exige a persistência no ajustamento orçamental, a redução gradual do endividamento e a consolidação das reformas estruturais lançadas.

À medida que percorremos este caminho, verificamos que os custos económicos e sociais do ajustamento vão dando lugar a sinais positivos na actividade económica e na confiança dos portugueses. E a margem de manobra a nível orçamental, que hoje é estreita, vai aumentando gradualmente, abrindo espaço para mais medidas promotoras do crescimento. A redução da taxa do IRC é o primeiro desses passos. Será um importante incentivo ao investimento e, em resultado disso, ao crescimento e ao emprego.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2014 que hoje apresentamos é exigente mas equilibrada, dura mas equitativa, e abre caminho para um futuro melhor para todos. Os resultados já alcançados, a inversão do ciclo económico e a proximidade do fim do Programa de Ajustamento devem ser realçados como provas de que este é o caminho certo. Temos de prosseguir com coragem e determinação para cumprir o que o país espera de nós. O Orçamento do Estado para 2014 é o último que preparamos no quadro do Programa.

Mas não é o último do processo de ajustamento.

Nos próximos anos temos de continuar a trabalhar para alcançar o equilíbrio orçamental. Para começarmos a reduzir os níveis de dívida pública. Para recuperarmos a autonomia financeira.

Para garantir que os esforços dos Portugueses

cumprem o seu propósito – a construção de um futuro com maior riqueza e mais e melhores empregos, com melhores salários.

Mas a transição para esta trajectória de crescimento sustentado e de criação duradoura de emprego que ambicionamos, e para a qual trabalhamos, não será instantânea. Exige a persistência no ajustamento orçamental, a redução gradual do endividamento e a consolidação das reformas estruturais lançadas.

À medida que percorremos este caminho, verificamos que os custos económicos e sociais do ajustamento vão dando lugar a sinais positivos na actividade económica e na confiança dos portugueses. E a margem de manobra a nível orçamental, que hoje é estreita, vai aumentando gradualmente, abrindo espaço para mais medidas promotoras do crescimento. A redução da taxa do IRC é o primeiro desses passos. Será um importante incentivo ao investimento e, em resultado disso, ao crescimento e ao emprego.

Orçamento é exigente mas equilibrado, duro mas equitativo, e abre caminho para um futuro melhor para todos.

A Proposta de Orçamento do Estado para 2014 que hoje apresentamos é exigente mas equilibrada. Os resultados já alcançados, a inversão do ciclo económico e a proximidade do fim do Programa de Ajustamento devem ser realçados como provas de que este é o caminho certo. Temos de prosseguir com coragem e determinação para cumprir o que o país espera de nós. – Muito Obrigada.
Fonte: Gab. Min. Finanças



Miguel Poiares Maduro ao “Notícias TV”

Anatomia de uma entrevista: não foi fácil marcar a entrevista que faz a capa da “Notícias” TV. A primeira vez que falei como gabinete de Miguel Poiares Maduro foi em julho, quando convidei o Ministro para escrever um artigo de opinião sobre a RTP, na série de ensaios que publicámos durante os três meses de verão. Num primeiro momento, a resposta foi positiva, mas, chegados a Setembro, a agenda do ministro da Presidência foi ficando mais densa. Não desistimos. E quando, há três semanas, ficou marcada a data de 9 de Outubro para a ida do ministro à comissão parlamentar para anunciar as linhas mestras do novo contrato de concessão do serviço público - a carta magna que vai reger a RTP nos próximos anos -, voltámos à carga.

E se trocássemos o artigo de opinião por uma entrevista de fundo só sobre televisão? Se, primeira vez, pudéssemos dar a conhecer aos portugueses o pensamento do governante que tem a tutela da RTP sobre um mercado tão decisivo como o dos media? A resposta foi rápida. E ambas as partes estiveram de acordo: a entrevista tinha de ser nesta semana. Era o timing perfeito. E assim foi, mesmo que a agenda do ministro me tenha obrigado a aumentar os níveis de stress. Primeiro, podia ser na segunda, depois seguramente na terça-feira. Acabou por ser na quarta-feira, já à tarde, a poucas horas do fecho desta revista, num contra relógio louco que incluiu ainda um bacalhau espiritual numa sala do edifício da Presidência do Conselho de Ministros.

«Um tímido que sorri»: os primeiros minutos são de gelo. Miguel Poiares Maduro, fato cinzento, gravata castanha, cabelo rebelde naquele seu estilo muito próprio, entra no gabinete, já devidamente artilhado pelo repórter fotográfico Reinaldo Rodrigues. Cumprimenta-nos com um aperto de mão e presta-se à sessão fotográfica, sem disfarçar um certo incómodo que a timidez inicial não esconde. À medida que a entrevista decorre, Poiares Maduro vai-se soltando. Primeiro sorri levemente, mas no final, quase duas horas depois, já se ri abertamente. Ao longo da entrevista, responde a tudo, mesmo quando não responde. Mas não deixa de olhar, a cada momento, para a sua assessora, como que procurando assentimento. Poiares Maduro sabe do que fala, Pode não concordar-se com o seu plano para a RTP, mas há ideia, um objectivo. No actual contexto, e atendendo ao passado recente, isso já é de assinalar...

Eis a entrevista:

P - Para começar, faço-lhe uma pergunta directa: sabe em que ano nasceu a RTP?

R - [pausa e sorriso] Por acaso... não tenho presente. Sei que é em mil novecentos e cinquenta e tal.

- 7 de março de 1957.

- Isso, eu sabia que era por aí [sorriso]. Mas não creio que seja muito grave.

- Não, não é. Foi apenas uma pergunta. Os portugueses habituaram-se a ouvir falar da RTP quer como um sorvedouro de dinheiros públicos quer como uma correia de transmissão do poder político. É a sua opinião também?

- Essa é de facto a percepção dos portugueses, e nem faz sentido pensar se é justa ou não, ou se foi justa no passado. Falando com pessoas da RTP, ouço contar episódios preocupantes. Mas para mim, mais importante do que identificar os momentos do passado em que existiram momentos de governamentalização, é perceber que há uma percepção pública dessa possibilidade. A ideia de que o conselho de administração pode ser um braço do poder político dentro da empresa afecta claramente a capacidade de gestão dentro da empresa e leva à criação de núcleos e formas de reacção que criam muitas disfunções.

- Mudou a percepção que tinha da RTP antes de ser ministro?

- [pausa] É um exercício interessante... A minha



imagem da RTP enquanto espectador, enquanto cidadão e contribuinte, era a de uma empresa muito estática que não tinha acompanhado o ritmo dos tempos. Tinha um peso muito grande que a impedia de acompanhar a mesma passada dos outros e que, por isso, estava a ficar para trás.

- E agora, mudou essa ideia?

- A minha percepção é outra, claro. A RTP é muito mais diversificada do que as pessoas pensam. Que há realmente inércias graves na empresa, é um facto. Mas também há muita gente a fazer trabalho extremamente interessante e que continua muito motivada.

- O novo contrato de concessão, que o senhor ministro anunciou quarta-feira aos deputados, é mais uma revolução na RTP?

- [pausa] Este contrato de concessão não é uma revolução, é sim uma transformação profunda. É uma reforma importante e que define claramente uma estratégia de futuro para a empresa, num ambiente muito diferente e que assenta na definição de orientações estratégicas muito claras.

Regulador de qualidade

- E quais são essas orientações estratégicas?

- São três as orientações que defini: primeira, a RTP deve ser um regulador da qualidade da programação audiovisual, no sentido de que concorre com os outros canais, mas numa lógica diferenciadora, com formatos inovadores e criativos, que promovam a qualidade geral na televisão. Segunda, que seja um dinamizador da produção audiovisual independente, no sentido da criação de um verdadeiro mercado generalista e independente do audiovisual E terceira, que a RTP seja um grande ins-

trumento de promoção de Portugal no mundo.

- É a terceira reforma no espaço de uma década: a primeira em 2002, com Morais Sarmiento e Almerindo Marques, a segunda com o plano de redimensionamento protagonizado por Guilherme Costa e agora esta. Uma televisão em permanente convulsão sobrevive num mercado competitivo?

- São, e por isso é que eu acho que as transformações têm de ser feitas com estabilidade. Esta reforma encaixa no programa de redimensionamento da empresa, que está mais focado na sustentabilidade financeira, redefinindo opções estratégicas de futuro e promovendo uma mudança na cultura da empresa através dos vários mecanismos que estão previstos no contrato de concessão, seja a criação de um núcleo de editores por áreas temáticas, um núcleo de criatividade, critérios de auto avaliação, etc.

- Nos últimos dois anos, durante a vigência do Governo ao qual pertence, já foram testadas, anunciadas, prometidas ou aventadas várias soluções: a alienação de um canal, a privatização integral da empresa, a concessão de um canal a privados, o congelamento de uma frequência e a existência de um canal único. Não foi um ziguezague demasiadamente pronunciado?

- [longa pausa] Para mim, o fundamental é o futuro. Isso para mim é essencial.

- Certo, mas não é possível passar uma esponja pelo que se passou. Foram dois anos do mais absoluto des-norte, que contribuíram para a degradação da imagem pública da RTP.

- É verdade que houve alguma instabilidade na empresa, mas também ela existe no contexto geral do país, que gerava uma necessidade grande de impor uma disciplina orçamental apertada à empresa. A RTP necessitava claramente disso porque estava sobredimensionada em



várias áreas em relação ao que necessitava.

- Mas eu não estou a falar da inevitabilidade do plano de redimensionamento, estou a falar do avanço-recua que foram estes dois anos. Dou-lhe um exemplo: a grelha da RTP1 que ainda está no ar foi pensada e feita no pressuposto de que a empresa só teria um canal...

- A riqueza dos debates e as diferentes opiniões sobre a RTP apenas nos alertam e fazem reforçar a convicção da sua importância na nossa sociedade e na nossa vida colectiva.

- [sorriso] Isso é uma resposta à política, permita-me que lhe diga. O Governo passou dois anos sem saber o que queria fazer da RTP.

- Insisto: o importante é que as linhas programáticas da RTP estão agora definidas claramente. O caminho é este. E num momento de financiamento que lhe vai garantir a prossecução de todos os objectivos estratégicos.

O financiamento

- O Governo já disse que a RTP vai ter de viver com os 140 milhões da Contribuição Audiovisual (CAV), que os portugueses pagam na factura da electricidade, mais 40 milhões de receitas comerciais. A administração, entretanto, já veio dizer que precisa de 200 milhões para viver e cumprir a sua missão.

- Garanto-lhe uma coisa: a RTP vai ter o dinheiro necessário para cumprir os objectivos deste contrato de concessão. E estamos juntamente com o conselho de administração a ultimar os instrumentos de financiamento que garantam isso mesmo.

- Mas se esse financiamento não vier directamente do Orçamento de Estado, mas vier de institutos públicos, como o Instituto Camões, ou de fundações ligadas ao Estado, isso será uma forma indirecta de injectar dinheiro na RTP. Não é uma hipocrisia?

- [sorriso] Não vou estar a especular. O que lhe posso dizer é que o financiamento público da RTP vai diminuir, tal como estava previsto. Isso é claro.

- Financiamento directo e indirecto?

- Financiamento total, na forma que em breve será conhecida.

- Mas, insisto, não será uma mentira dizer que o Estado diminui o financiamento na RTP se depois encontrar mecanismos de financiamento indirecto através de institutos ou fundações?

- Pronto, vou ser ainda mais directo: o financiamento directo e indirecto do Estado, no seu global, vai ser menor do que este ano.

- Portanto, pode garantir aos portugueses que eles não pagarão mais um tostão do que pagam agora para financiar a RTP.

- Posso garantir que na soma dos diversos instrumentos públicos de financiamento da RTP ele será mais baixo do que é hoje.

- O discurso político dos últimos meses tem sido de que a RTP no próximo ano terá de viver apenas com a Contribuição Audiovisual e as receitas comerciais que conseguir angariar. O que me está a dizer, ou pelo menos a deixar implícito, é que a CAV não será a única forma de financiamento público...

- [pausa] Eu percebo a sua insistência, mas eu não vou especular sobre a forma como conseguiremos financiar a RTP. O que garanto é que a empresa terá o financiamento necessário...

- ... já percebi essa mensagem, mas eu tenho de insistir, perdoar-me-á. O que foi dito aos portugueses há meses é que a RTP teria de viver apenas com o dinheiro da CAV mais a publicidade. Isso pelos vistos mudou.

- Não vou especular, peço-lhe desculpa.

- As expectativas de receitas comerciais para 2014 são de 40 a 45 milhões de euros. Acha que o mercado nó estado em que está pode render isso à RTP? Os analistas de mercado têm as mais sérias dúvidas...

- Esse é o compromisso assumido pelo conselho de administração e, portanto, compete-lhe a ele cumprir com isso. Há apostas que nós vamos fazer que podem potenciar o crescimento das receitas publicitárias.

- Como por exemplo?

- O que está no contrato de concessão vai fazer com a RTP melhore e se aproxime dos portugueses, valorizando-se. Mas a aposta em termos de serviço internacional pode, em nossa opinião, ser geradora de novas receitas. Um serviço internacional que é mais dirigido para a promoção económica do país pode ser potenciador de receitas publicitárias.

- O Plano de Desenvolvimento e Redimensionamento avançava com a hipótese de aumentar a CAV já em 2014 mediante um aumento de oferta de serviços. Essa ainda é uma possibilidade?

- [pausa] De novo, responder-lhe a essa questão levar-me-ia à temática que eu não quero desenvolver ainda [sorriso].

- Portanto, não confirma nem desmente...

- Não posso responder-lhe a essa questão. Como lhe disse, os portugueses não vão pagar mais dinheiro pela RTP. Isso é claro.

Os despedimentos

- Já me disse que a RTP quer estimular a produção independente. Portanto, vai incrementar a produção externa. Vai ser criada uma nova empresa de meios?

- A RTP deve ser o grande dinamizador do mercado audiovisual e da produção independente, porque temos um mercado pequeno onde, ainda por cima, os operadores privados produzem grande parte do que exibem. Se nós queremos ter um mercado mais dinâmico, mais versátil, mais pluralista e mais criativo, tem de ser o serviço público a ter esse papel. Ora, se é assim, se vai haver maior empenho da RTP na produção externa independente, necessariamente a isso corresponderá uma diminuição da produção própria da RTP.

- Portanto, estamos a falar de despedimentos. O Bloco de Esquerda fala em 300 pessoas que vão para a rua...

- Vai ter de perguntar ao Bloco de Esquerda como chegou a essas contas. Acho que isso é um discurso para meter medo aos trabalhadores. E convirá, já agora, perguntar-lhes se são a favor ou não da produção audiovisual independente. A forma como essa gestão será feita cabe à administração da RTP. A eventual externalização da produção que já não vai necessitar tem de ser gerida. É uma decisão que cabe à administração. Não me intrometo nessa matéria.

- Mas eu perguntava-lhe se a RTP voltará a criar uma empresa de produção?

- Isso pode fazer algum sentido, é uma das questões em equação.

- Mas isso não é voltar atrás? Aquando da reestruturação de Morais Sarmento, a RTP criou em 2003 a RTP Meios, no âmbito da fusão da FO&CO, da Edipim e dos meios de produção do Porto.

- Isso pode fazer sentido numa fase de transição, mas nunca será algo definitivo. O novo contrato de concessão obriga a RTP a manter a produção interna de um número mínimo de horas e externalizar a restante produção.

- Desde 2002, o primeiro plano de reestruturação, já saíram da empresa um quarto dos trabalhadores. Ainda há gente a mais?

- Depende dos serviços. De acordo com o que me dizem, há determinados sectores onde a empresa ainda tem profissionais a mais. Haverá outros, naturalmente, em que terá profissionais a menos. Mas não há dúvida que a RTP ainda tem profissionais a mais, até comparando com que o têm os outros operadores.



- A comparação, apesar de tudo, não é legítima. A SIC e a TVI têm quatro ou cinco canais, enquanto a RTP tem além dos quatro canais nacionais, dois regionais, dois internacionais, os centros regionais decorrentes das suas obrigações, vários canais de rádio, o online, enfim. A dimensão é outra...

- É comparável em termos proporcionais. E muitos desses canais o que fazem é retransmitir o que os outros canais transmitem. Há muito aproveitamento de conteúdos. O que eu disse ao conselho de administração nessa matéria é que seja feita uma análise serviço a serviço. Onde houver gente a mais tem de se mudar.

- Mas, ao que me dizem, há áreas na RTP que estão arrasadas com as recentes rescisões voluntárias.

- E há outras em que, seguramente também lhe dizem, há gente a mais.

- Está em curso um novo plano de rescisões na empresa, que vai em cerca de 180 acordos. O acordo é para continuar?

- Sim, é para continuar.

- Sabe quantificar o número de excedentes?

- Não, não sei. Pedi à administração para fazer essa análise serviço a serviço. E pedi também à administração para avaliar a possibilidade de, em sectores onde haja excedentes, não haver despedimentos mas redução do horário de trabalho e do correspondente ordenado.

- Alberto da Ponte tem dito que um despedimento colectivo é possível, mas é o último passo, o último recurso. Quais são as preocupações da tutela a esse respeito?

- Não me quero pronunciar sobre esses cenários. Entendemos que a RTP tem recursos humanos a mais, está a ser feita essa avaliação pela administração da empresa. Mas posso garantir-lhe que dei ao conselho de administração instruções para minimizar ao máximo os custos sociais para os próprios trabalhadores.

- Mas não fecha a porta a um despedimento colectivo.

- O presidente da RTP já respondeu a isso.

A Madeira e os Açores

- Muito bem, mudemos de assunto. O que vai acontecer aos centros regionais da Madeira e dos Açores? Qual é o modelo de gestão escolhido? Quem os vai sustentar?

- Estão claramente sobredimensionados e vão ter também de fazer essa análise de gestão. Nos centros regionais a questão é ainda mais grave. Por isso, os centros regionais vão ter de fazer um esforço paralelo ao

do continente para se redimensionarem. É preciso ouvir toda a gente, até as autoridades regionais.

- E quem vai sustentar os canais?

- O financiamento é o mesmo que garante o contrato de concessão do serviço público.

- A ideia aventada de que poderia haver uma entrada dos governos regionais no capital e na gestão dos canais está fora de hipótese? Não temos decisões definitivas, sendo que há constrangimentos jurídicos nessa questão.

- Mas veria com bons olhos esse cenário?

- Não vou especular. Há modelos em abstrato que podem fazer sentido e, depois, na prática não se podem aplicar.

- Essa possibilidade não poderia contrariar uma das suas ideias basilares, que é a independência da RTP perante o poder político. Sujeitar a RTP Madeira e a RTP Açores à subordinação dos governos regionais não seria nefasto?

- Não vou fazer juízos de valor dessa natureza.

- Não são juízos de valor, são factos. Na Madeira, por exemplo, está a caminho do tribunal europeu uma denúncia do Diário de Notícias da Madeira contra o Governo Regional devido à relação comercial do Governo de Jardim com o Jornal da Madeira.

- Deixo as entidades competentes decidirem sobre esse caso.

- O arquivo da RTP é outro caso estranho da empresa. Foi comprado pelo Estado à RTP mas continua na... RTP. Isto faz sentido? O que lhe vai acontecer?

- [sorriso] Pois, o que era interessante era perceber porque é que isso aconteceu. E quando é que isso aconteceu. Isso foi mais uma forma de engenharia financeira que o anterior governo utilizou e que a RTP também está hoje a pagar. Essa é uma dificuldade que nós temos, que resulta dessa decisão ter sido tomada e estamos a estudar uma solução em conjunto com a administração e com a tutela financeira da RTP.

- A RTP vai ter de devolver os 150 milhões recebidos da Direcção-Geral do Tesouro, e já utilizou para pagar parte da dívida à banca?

- Neste momento, isso não seria claramente possível para a empresa.

- Portanto, está a dizer-me que são 150 milhões a fundo perdido...

- Não estamos sequer a equacionar essa questão. Deve é perguntar ao governo de então [José Sócrates] porque tomou essa decisão.

- Sim, mas independentemente dos governantes, o Estado é o Estado e neste momento o senhor ministro

é a cara do Estado que eu tenho à minha frente, daí a pergunta.

- A RTP é um activo público eterno de valorizá-lo. O que faremos é defender os interesses da RTP, ao mesmo tempo que defenderemos os interesses do Estado.

- Neste caso, não se terá defendido o interesse da RTP e não o do Estado, que comprou o arquivo da RTP a troco de 150 milhões de euros e não ficou com ele?

- Neste momento, é um problema que encontrámos, fruto de mais uma decisão financeira irresponsável de razões facilmente entendíveis. É mais um problema herdado que estamos a tentar resolver.

- Portanto, o arquivo histórico da RTP que a RTP vendeu ao Estado continuará sobre a alçada da empresa, é isso?

- É isso. Para já, é o que está previsto.

A independência e os 'boys'

- Uma das novidades deste seu plano para a RTP foi definir o novo plano de gestão inspirado no modelo da BBC, em que há uma comissão que nomeia a administração. Porquê? Acha que são realidades de mercado comparáveis?

- Não me inspirei no modelo da BBC para o aplicar na RTP. Ao longo destes meses em que estudei a RTP, identifiquei, por um lado, aquele risco de governamentalização e ingerência política de que falámos no início. E que, independentemente de ser justa ou injusta, cria muito ruído em redor da RTP. Por outro lado, concluí que a convicção de que a empresa poderia ser permeável ao poder político impede o conselho de administração de ser efectivo na gestão, cria problemas de comunicação e direcção estratégica. Por isso, concluí que era imprescindível criar um mecanismo que garantisse a plena independência da RTP.

- E o que é que lhe garante que este modelo que propõe possa acabar com esse ruído?

- Neste contexto, o modelo da BBC tem algumas virtualidades, porque na garantia da independência mais sucesso tem tido. Ninguém contesta no Reino Unido a independência da BBC. Como disse aos deputados na Assembleia da República, o modelo que vamos adoptar não será perfeito, mas é o menos imperfeito.

- Quais serão os custos desse modelo?

- Depende das especificidades que ainda estamos a estudar, mas não prevejo grandes custos.

- Não? Mas essa "comissão de sábios" que nomeará a administração vai ter cinco a sete pessoas. Serão pagas, naturalmente... [pausa] Não estão ainda previstas as condições de remuneração dessas pessoas.

- Não está à espera que uma comissão com essa responsabilidade tenha personalidades tão importantes que aceitem não ser remuneradas...

- Mesmo que sejam remuneradas, e é provável que o sejam, isso pode ser feito com a diminuição de outros cargos e de outras funções mesmo dentro da empresa. Há poupanças maiores que iremos fazer que nos podem permitir esse custo, que será muito limitado e profundamente residual, no contexto dos custos da empresa.

- Mas esclareça-me uma coisa: qual a diferença entre a nomeação de uma administração feita pelo Governo e a nomeação feita pelo governo de uma entidade independente que nomeia depois a administração? Como se limita a governamentalização se o Governo está lá na base da nomeação? Não é a mesma coisa?

- Não, porque a actual administração responde, no que concerne ao cumprimento do contrato de concessão e às questões de gestão, perante o Governo. No futuro responderá perante uma entidade independente.

- Uma entidade nomeada pelo Governo. Onde está a independência, insisto?

- As condições de nomeação e de eleição não estão ainda definidas.

- Mas quando os governos mudarem, serão nomeados outras personalidades. Isto aos olhos dos contribuintes não são mais jobs for the boys?

- Não.

- Não é mais uma forma de os partidos colocarem a sua clientela política num cargo da administração pública?

- Não, claro que não. Esse é o maior incentivo para que o primeiro grupo de pessoas desse conselho geral

seja constituído por gente verdadeiramente independente e entendida como tal pela opinião pública em geral. Porque a prova vai estar na qualidade das pessoas. Porque se elas forem entendidas como realmente independentes, isso vai criar um precedente que qualquer governo futuro que queira alterar esse grupo de pessoas terá um ónus pesado, porque a opinião pública já acredita que quem controla a RTP não é o governo mas um grupo de pessoas genuinamente independentes. Estabelecido esse precedente, é verdade, um governo que venha a seguir pode mudar, mas quero ver quem terá essa coragem. E o custo político que terá com isso.

- Na última década já foram constituídos dois "comités de sábios" para estudarem a RTP e o serviço público. Uma no tempo de Morais Sarmiento e outra no de Miguel Relvas. No essencial, as conclusões de ambos os grupos foram colocadas na gaveta. Que pessoas notabilíssimas e "genuinamente independentes" podem constituir a comissão?

- Há em Portugal gente com essas características.

- Coloque-lhe a pergunta de outra forma: que pessoas tão especiais é que os portugueses acharão indicadas para esse trabalho que nem sequer equacionem que são uns boys nomeados por um qualquer governo?

- Não acredito que 100% das pessoas tenham essa percepção, mas acredito que temos em Portugal pessoas suficientes e com credibilidade reconhecida para desempenhar essa função. E que não estão lá pelas suas preferências ideológicas.

- Essas pessoas serão nomeadas, serão cooptadas, serão eleitas, haverá um concurso público?

- Como lhe disse, estamos a estudar esse processo. O fundamental é a escolha das pessoas.

- A RTP é uma das empresas públicas mais escrutinadas em Portugal: responde perante a tutela, responde perante a Assembleia da República, responde perante a ERC, responde perante um Conselho de Opinião que representa mais de uma dezena de entidades, e tem ainda um Conselho para a Sociedade Civil que tem mais de 120 parceiros.

- Isto não é suficiente?

- Aparentemente não é. E não é por causa do ruído que se gera à volta da RTP.

- Mas, desculpe-me a incredulidade da minha pergunta, acredita que a RTP alguma vez deixará de ser ruído ou arma de arremesso político-partidária?

- [sorriso] Não. Acredito que o ruído pode ser muito diminuído. É difícil haver mais ruído do que o habitual.

- Portanto, a RTP não será o paraíso...

- [gargalhada] Não, não será o paraíso. Quando falamos em independência estamos a falar de informação, claro. Qual é a sua percepção: a RTP é independente?

- [pausa] Acredito que sim, não tenho nenhuma razão para acreditar no contrário. Seguramente, são independentes de mim e deste governo. Desde que estou em funções, nunca falei com o director de informação da RTP, excepto quando visitei a empresa e falei com ele como falei com outros trabalhadores. De resto, nunca lhe falei, nunca lhe telefonei...

Portanto, aquela velha ideia de que há um telefone vermelho entre a presidência do conselho de ministros e a RTP é um mito urbano, ainda por cima injusto para os profissionais da casa...

- [risos] Se há, alguém o tirou do meu gabinete. Eu não o tenho.

- A RTP tem em tribunal um caso que o seu ex-director de Informação moveu contra a empresa. Nuno Santos, em entrevista à Notícias TV, disse que era uma pedra no sapato do director-geral e que sentiu várias vezes a incomodidade do seu antecessor, Miguel Relvas, quanto à informação da RTP.

- Não me vou pronunciar sobre esse caso.

- Já agora como avalia a forma como a RTP geriu o processo?

- Também não me vou referir a isso. Não só é um assunto interno da empresa, como é matéria que está em tribunal e qualquer afirmação minha podia ser entendida como uma forma de pressão.

- Qual é a avaliação do accionista em relação ao trabalho de Alberto da Ponte?

- Tenho tido uma relação muito construtiva e assim espero continuar. O conselho de administração tem a minha confiança. E se alguma vez deixar de ter, será o primeiro a saber.

- Alberto da Ponte manter-se-á ou não no cargo com a entrada de um novo modelo de governança?

- A administração tem um mandato em curso, que vai cumprir, sendo que terá de submeter à aprovação do novo conselho geral do plano estratégico para a empresa

As audiências e a qualidade

- A administração colocou a fasquia de audiências nos 17% nos finais de 2013. Se a RTP não chegar a esse valor, isso coloca em risco a administração?

- A RTP não se pode reger só pelas audiências e, portanto, isso não será matéria essencial na avaliação do trabalho da administração. O que eu gostaria é que o segundo canal,, como uma forte ênfase na cultura, fosse o canal com o maior share em Portugal. O que é eu quero dizer com isto? Que eu não tenho nada contra audiências, mas também não é com base nisso que eu acho que a grelha da RTP deve ser definida. Não vou medir o sucesso da empresa por aí.

- Miguel Relvas disse que a RTP tinha de ser um canal "não residual". Sendo que o novo contrato de concessão indica um primeiro canal mais generalista e concorrencial, que metas deve atingir no que toca a audiências?

- [pausa] A RTP deve procurar concorrer, mas numa lógica diferenciadora.

- Mas assume que tem de concorrer...

- Tem de concorrer para regular esse mercado em termos de qualidade. Não concorrer com os mesmos produtos, com os mesmos formatos, com a mesma lógica das privadas.

- A experiência mostra que para concorrer sem ser residual tem de ter concursos, novelas e música popular...

- Mas é aí que a empresa vai ter de puxar por esta nova cultura que estamos a injectar e conseguir, pensando em novos formatos, criando mais massa crítica, interagir e conquistar os públicos.

- Mas como criar massa crítica se a televisão generalista é cada vez mais vista pelas classes C e D?

- O meu objectivo não é que a RTP tenha mais share do que os operadores privados. O que quero é que a RTP conquiste espectadores mas com novos formatos e de melhor qualidade.

- Ter um concurso como o Quem Quer ser Milionário, ter uma novela ou ter comentário político com José Sócrates no Telejornal é a forma certa de lá chegar?

- [sorriso] Não vou responder-lhe a isso. Não sou programador, nunca fiz qualquer sugestão de programação. Tenho, enquanto espectador, os meus juízos, mas estando agora na tutela, tenho de os guardar para mim.

- Mas engoliu seguramente um sapo...

- [sorriso] Não vou fazer comentários. É conhecida a minha opinião...

- ... por isso mesmo é que lhe pergunto.

- Quando não era ministro, fiz certos comentários sobre José Sócrates e, portanto, isso é público, está es-

crito. Mas não me ouvirá uma palavra sobre isso [risos].

- Percebo e respeito essa opção. Mas entende a opção do ponto de vista editorial...

- [sorriso] O que acho é que a RTP deve concorrer numa lógica de conteúdos diferenciadores e de qualidade. Isso deve ser feito em todas as áreas. Mesmo na informação.

- O senhor já disse hoje várias vezes que a RTP deve ser um "regulador da qualidade no audiovisual". Mas também já assumiu que tem de ser um operador concorrencial. Não é ingénuo pensar que isso é compatível?

- Não. E vou dar-lhe um exemplo, abrindo uma excepção ao que é a minha forma de ser. Diz respeito não ao que a RTP faz, mas ao que a RTP não faz. Um programa como o Big Brother não acho que faça sentido na televisão pública.

- Proponho-lhe um outro exercício: que programas das privadas gostaria de ver na RTP1?

- [longa pausa] Eh pá, isso agora não é fácil, assim de repente... Mas posso dizer-lhe que sou um grande adepto de ficção de qualidade. Olhe, por exemplo, o Depois do Adeus ou o Conta-me como Foi foram produções de grande qualidade da RTP. Esse é o tipo de ficção que faz sentido num serviço público de televisão.

A televisão digital terrestre

- Anunciou que quer um canal de informação com janelas regionais na TDT e um canal infanto-juvenil. Porquê?

- A RTP já tem, e é reforçado neste contrato de concessão, uma obrigação muito importante de ter uma programação muito relevante na área infanto-juvenil...

- ... que a RTP1 deixou cair nos últimos anos nos dias úteis.

- Mas está no contrato de concessão que isso tem de ser reforçado no contexto dos canais generalistas. Sendo que, ao mesmo tempo, tem de estudar a possibilidade de criar um canal infanto-juvenil na TDT. Mas aí depende de uma avaliação que será feita pelo novo conselho geral.

- E esse canal de informação com janelas regionais é a actual RTP Informação?

- É uma RTP Informação renovada, de acordo com essa orientação estratégica. Entendo que a TDT deve alargar a sua oferta temática a pelo menos dois canais. A forma como esses canais serão atribuídos tem a ver com questões jurídicas e técnicas e depende de uma análise de mercado em Portugal. Até porque neste momento SIC e TVI já obtiveram autorizações da ERC para entrar na TDT em alta definição, mas não há espaço para o fazer. Não estão reunidas as condições técnicas.

- SIC e TVI dizem que este seu projecto para a TDT é um fato à medida da RTP e ameaçam avançar para tribunal. O que é que os privados podem vir a ter na TDT?

- Por isso mesmo é que eu disse que quero aprovar a TDT e para isso é preciso ponderar as questões



técnicas e jurídicas. É isso que vou fazer até ao início de Janeiro. Quero atender às várias solicitações que vêm dos privados, quero atender à análise técnica da Anacom e no respeito pelas decisões da ERC.

- A expansão da RTP no cabo fica congelada para já?

- Uma coisa não interfere na outra. A RTP pode avançar para a TDT e não deixar de investir no cabo.

- Mas há dinheiro para tudo?

- Têm de ser feitos estudos,

- A RTP tem há dois anos definido o conceito, e até tem director, para um canal no cabo, a RTP Música...

- É uma das áreas que está em estudo. E só avançará se for sustentável financeiramente.

- No novo contrato de concessão está previsto que a RTP2 será um canal de enfoque cultural. Escreveu-se muito nas últimas semanas que é inspirado no modelo franco-alemão do Arte. É isso?

- Há vários modelos desse tipo, não é o único. Para as pessoas perceberem, é isso que pretendo. Mas não vai ser só isso. Mas sim, a direcção é que seja um canal cultural.

A nova rtp2

- Só que o Arte tem um orçamento de 430 milhões para 2014 enquanto da RTP2 é 21 vezes mais pequeno, cerca de 20 milhões...

- E os canais alemães públicos têm também orçamentos muito superiores aos nossos. Visto dessa forma, nunca se faria nada de novo porque a nossa escala é completamente diferente.

- O anterior director da RTP2, Jorge Wemans, que tinha feito um grande trabalho nessa conceção mais cultural da RTP2, demitiu-se porque achou que sem dinheiro não era possível fazer mais?

- Pois, mas é verdade que a RTP vai ter de fazer mais com menos. É um cliché mas é a verdade. Nós não somos a Alemanha nem a França. Não podemos ter um canal como o Arte, mas também não temos um canal público como a ZDF e a France Television. A nossa escala, a nossa dimensão é outra. Não temos, nem numa teremos os meios para fazer canais como esses.

- Mas será um canal exclusivamente cultural? Enfim, calculo que não queira apenas ópera no canal, mas será um canal ligado só às artes ou a sua componente de sociedade civil executada no tempo de Manuel Falcão é para manter?

- Não é exclusivamente cultural. Há muitas séries de ficção, que têm uma forte qualidade cultural, que cabem na nova RTP2. Não vou fazer aqui a grelha da RTP2, mas, por exemplo, Reviver o Passado em Brideshead parece-me que encaixa perfeitamente num canal de índole cultural. Cinema europeu e até cinema independente americano também cabem.

A promoção internacional

- Falou-se muito da fusão entre a RTP África e a RTP Internacional. Essa ideia foi abandonada?

- Sim, foi. Os dois canais vão manter-se e até é possível que venham a ser criados mais.

- Mais? Mas descobriu uma mina de ouro na Marechal Gomes da Costa?

- [risos] Não, há muita programação que pode ser partilhada. Tem de ser dirigida de forma diferenciada para várias partes do globo.

- Mas estamos a falar de quê? De uma RTP Brasil? De uma RTP Europa?

- Isso hoje pode ser feito com um custo muito reduzido. E isso faz sentido porque a RTP passa a ter, no que toca à sua existência internacional, uma nova prioridade muito importante, que é a promoção económica e cultural de Portugal. Esta é uma prioridade. Nunca tinha sido, é agora. Mas não ignoramos que as antenas internacionais têm de continuar a ter um papel importante junto das comunidades internacionais e lusófonas.

- Um só canal bem feito não cumpria essa função?



- Não, são públicos diferentes com interesses diferentes.

- Mas não havendo dinheiro, não é preciso fazer opções?

- E nós estamos a fazer. Esta é uma das áreas estratégicas. É importante para o país. Consoante a área, a programação do serviço internacional, deve ser diferenciada de acordo com as nossas necessidades. Estes canais internacionais têm de ser pensados a partir do zero.

O futebol

- A RTP admitiu publicamente que gostava de ter futebol. Aliás, é público que tentou negociar com privados a compra de jogos da I Liga. Admite voltar a colocar um jogo de futebol semanal da I Liga na lista de eventos desportivos de interesse público?

- Essa Lista vai sair muito em breve. Peço desculpa mas seria incorrecto da minha parte estar a anunciar isso aqui nesta entrevista. Nessa altura ver-se-á que eventos lá estarão. O que posso dizer desde já é que é claro para mim que a forma como a lista foi transposta da directiva comunitária para a nossa legislação não permitiu a concretização prática dessas obrigações.

- Isso significa o quê, em concreto?

- Como lhe disse, a lista vai ser conhecida em breve. Mas também lhe digo que vamos ter de mexer na Lei da Televisão para garantir que aquilo que é definido como um evento que tem de ser transmitido em sinal aberto é realmente transmitido em sinal aberto. Um Estado e um legislador perde credibilidade se determina que um determinado evento é para ser transmitido em sinal aberto e depois não cria instrumentos jurídicos eficazes que o permitam.

- Percebo que não queira abrir o jogo neste momento, mas parece-me que se a I Liga não voltasse à lista de que Miguel Relvas a baniu não me estaria aqui a dizer isso...

- [sorriso] Vamos ter de esperar.

- Está aqui a deixar implícito que a I Liga voltará à lista de eventos de interesse público. Ainda por cima se avança que vai precisar de mudar a Lei da Televisão. Essa sua preocupação só faz sentido porque as circunstâncias vão mudar. Parece-me legítimo este raciocínio...

- [sorriso]...

- Mas do ponto de vista da percepção pública, há margem para a RTP ter futebol? O futebol é um produto caro, é um serviço prestado pelos privados. Se a RTP diz

que lhe faltam 20 milhões para cumprir o serviço público como é que pode comprar futebol?

- Percebo onde quero chegar e a sua insistência para tentar obter uma resposta que eu não quero dar. Não vou interferir sobre opções de programação da RTP.

- Mas isto não é uma opção de programação da RTP. É uma questão de estratégia, quase de bom senso. Numa época de cortes profundos, quando até um despedimento colectivo é admitido pela administração, é sustentável do ponto de vista público que se gastem milhões no futebol?

- O facto de uma empresa fazer um investimento num determinado produto que tem um custo não significa que isso seja uma perda financeira para a empresa. Porque esse custo pode ter uma contrapartida financeira superior. Esse é o juízo que a RTP deve fazer.

A crise e os desafios

- O sector da comunicação social atravessa uma profunda depressão há cinco anos, com a redução drástica dos valores do investimento publicitário, que caíram para níveis de há dez anos. Como vê a sustentabilidade do mercado?

- É uma das preocupações que tenho tido há vários anos. A sustentabilidade do modelo financeiro da comunicação social passa muito pelas novas plataformas e pelos desafios que lhe são criados pela migração da mais-valia do negócio para os distribuidores e não para os produtores de conteúdos ou para quem os agrega. Estou convencido que estes novos negócios

digitais e novas plataformas vão a médio e longo prazo trazer uma nova sustentabilidade financeira ao mercado.

- Há uma década falava-se do boom da internet e ela não resultou na explosão de receitas comerciais que se previam. Há um crescimento claro, mas não suficiente para anular a queda do mercado tradicional.

- Sim, mas é inevitável. O surgimento de novas plataformas como o Ipad vai permitir a muitos órgãos de comunicação social ter uma nova vida na internet. Os custos de produção diminuem e as pessoas vão ter um acesso muito fácil. Essa migração vai trazer sustentabilidade ao negócio. O problema são os custos de transição.

- E é neste mercado instável e deprimido que se dá a crescente importância do peso do investimento privado estrangeiro, sobretudo angolano, nas empresas de media em Portugal? Preocupa-o ou acha uma inevitabilidade dos tempos e da globalização?

- Eu não distingo capital privado estrangeiro de acordo com a sua nacionalidade. Não faço discriminações desse tipo.

- Nem eu. Apenas lhe falei do investimento angolano porque é aquele que tem estado mais activo no mercado...

- O fundamental é termos regras internas que garantam duas coisas: primeiro, os princípios éticos, deontológicos, de autonomia editorial, da liberdade de imprensa e pluralismo têm de ser garantidos. Independentemente de quem é o proprietário, isso tem de ser garantido. Seja português, seja estrangeiro. Até porque às vezes, os estrangeiros até podem ser melhores do que os portugueses no respeito por esse tipo de questões. Não podemos presumir isso. Segundo aspeto: para o próprio leitor contextualizar o que está a ler, é preciso haver grande transparência quanto à propriedade do título e o código de conduta e deontológico que aquele órgão de comunicação segue na sua linha editorial.

- Publicamente pelo menos um desses grupos angolanos, a Newshold, manifestou interesse na aquisição da RTP, quando o seu futuro era ainda uma incógnita. Já agora, pode garantir aos portugueses que a privatização da empresa é um assunto definitivamente encerrado e nos próximos anos não voltaremos a ouvir falar dele?

- Posso. Até ao fim da Legislatura, enquanto eu estiver no Governo, embora este seja um compromisso do próprio executivo, não haverá qualquer privatização. Aliás, nem faria sentido isso numa fase em que estamos a apresentar um novo contrato de concessão do serviço público. - Cortesia da NTV

Primeiro-Ministro explica as linhas gerais do Orçamento aos deputados do PSD

O Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, reuniu na semana passada em sessão “à porta fechada”, a que esteve presente o Primeiro-Ministro e o Porta-Voz e Coordenador da CPN, Marco António Costa.

Não houve qualquer comunicado no fim da reunião, mas foi permitido à “Lusa” recolher imagens, que o “Povo Livre” regista e o Presidente do Grupo Parlamentar fez declarações à Imprensa, do seguinte teor:

Declarações do “líder” parlamentar do PSD



O líder parlamentar do PSD negou hoje a existência de qualquer problema com a bancada do CDS-PP e afirmou que há “uma articulação total, uma coordenação total e uma coesão total” dentro da maioria.

Antes de uma reunião do primeiro-ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, com os deputados do PSD, na Assembleia da República, Luís Montenegro fez questão de falar aos jornalistas para desvalorizar o facto de a bancada do CDS-PP não participar nesta reunião.

“Há aqui uma total normalidade. Não há nenhum problema com o grupo parlamentar do CDS-PP. Nós, tanto fazemos reuniões conjuntas, como fazemos reuniões individuais e sempre temos estado de acordo em todos os assuntos importantes”, afirmou.

Questionado se não existe mal-estar entre as duas bancadas da maioria, o líder parlamentar do PSD respondeu: “Isso é uma invenção. É uma invenção estarem a criar esse tipo de especulação. Não há nenhum problema com a bancada do CDS-PP, há uma articulação total e uma coordenação total e uma coesão total”.

“Agora, era o que faltava que qualquer um dos grupos parlamentares não pudesse dialogar com a equipa directiva do seu partido”, considerou.

Segundo Luís Montenegro, esta reunião com Pedro Passos Coelho não tem como tema a proposta de Orçamento do Estado para 2014, que deverá ser entregue pelo Governo PSD/CDS-PP no parlamento na próxima terça-feira, dia 15 de Outubro.

“O primeiro-ministro vem, na sua qualidade de presidente do PSD, com o coordenador da Comissão Política do partido [Marco António Costa] e com o secretário-geral do partido [José Matos Rosa] fazer a análise da situação política no decurso do processo de reflexão que tem a ver com o último ato eleitoral e também com a projecção dos nossos trabalhos políticos para as próximas semanas”, contrapôs.

Luís Montenegro disse ter decidido fazer estas declarações à comunicação social para “promover um esclarecimento cabal” na sequência de “algumas considerações de alguns senhores jornalistas” sobre o relacionamento entre PSD e CDS-PP.

O social-democrata referiu que PSD e CDS-PP vão realizar no final deste mês jornadas parlamentares conjuntas, como aconteceu no ano passado e insistiu que “não há de facto nenhuma questão” dentro da maioria.

O Primeiro-Ministro e presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, chegou a esta reunião cerca das 19:00, vindo da sua reunião semanal com o Presidente da República, Cavaco Silva.

O líder parlamentar do PSD anunciou ainda que os



deputados sociais-democratas vão participar em reuniões sobre o Orçamento para 2014 a nível municipal para “levar a mensagem” subjacente à proposta do Governo e combater a “desinformação”.

“Vamos ter um programa de diálogo com a sociedade e com as estruturas descentralizadas do país tentando levar a mensagem que está subjacente a esse importante documento estratégico para a vida do país no próximo ano, tentando levá-la a todos os pontos do País, a todos os concelhos do País”, afirmou o líder parlamentar do PSD.

“Acertámos com a direcção do Partido que, depois de aprovado na generalidade o Orçamento do Estado, iniciaremos um conjunto de reuniões em todos os municípios deste país com as estruturas descentralizadas do PSD para fazermos chegar a nossa mensagem relativamente à estratégia subjacente ao Orçamento do Estado”, acrescentou.

Questionado sobre o que levou o PSD a decidir promover reuniões sobre a proposta de Orçamento do Estado para 2014, Luís Montenegro respondeu: “Porque entendemos que há manifestamente muita desinformação, que é própria também da dialéctica política e

do debate político.”

Por outro lado, considerou que o grupo parlamentar do PSD tem a obrigação de “ir o mais próximo que é possível junto das comunidades locais para dar a cara e explicar os objectivos com que estas medidas foram preparadas e serão aprovadas no parlamento”, dada a sua “convicção firme no caminho que propõe ao país” e a “responsabilidade cimeira de liderar no parlamento o suporte político do Governo”.

Segundo um documento divulgado pelo PSD, estas “jornadas” sobre o Orçamento do Estado para 2014 terão como lema “Portugal no Rumo Certo” e está previsto que se realizem reuniões a 2 de Novembro no distrito de Aveiro e a 4 de Novembro nos distritos de Vila Real e Braga e na área metropolitana de Lisboa.

De acordo com um mapa destas “jornadas”, está ainda previsto que no dia 5 de Novembro se realizem reuniões nos distritos de Viana do Castelo, Évora e Faro, no dia 6 de Novembro nos distritos da Guarda, de Leiria e Coimbra, no dia 7 nos distritos de Beja, Setúbal e Bragança, no dia 8 em Santarém, Viseu e Porto e no dia 9 de Novembro em Lisboa, na área do Oeste, em Castelo Branco e Portalegre. – Fonte: Lusa

José Matos Rosa com Alexandre Gaudêncio na Ribeira Grande



Alexandre Gaudêncio, Secretário-Geral do PSD Açores, tomou posse como Presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, no passado dia 14 de Outubro.

O mais jovem Presidente de Câmara do País terá como vereadores eleitos pelo PSD Carlos Fraga, Tânia Mota e Filipe Jorge, propõe-se tornar a cidade da Ribeira Grande “a melhor dos Açores e uma das melhores do país”.

A Ribeira Grande é o 3º maior concelho do arquipélago e a cidade mais jovem de Portugal. Com esta vitória eleitoral no passado dia 29, a população abrangida pelas Câmaras do PSD nos Açores cresceu de 38% para 46%.

O Secretário-Geral do PSD, José Matos Rosa, que havia participado em acções de campanha do seu homólogo açoriano, não pode deixar de estar presente, com uma assistência muito numerosa, nesta cerimónia de tomada de posse dos órgãos autárquicos no Teatro Ribeira-grandense, juntamente com Duarte Freitas, Presidente do PSD Açores e Luís Maurício, Presidente da Comissão Política da Ilha de São Miguel.- Texto e fotos, Sara S.

Nota oficiosa do Governo sobre as declarações do Presidente de ANGOLA

O Governo português tem defendido e praticado uma consistente actividade visando o estreitamento da relação especial com o Governo angolano. De facto, os laços particulares que unem os dois povos e as duas Nações mais do que justificam essa prioridade da política externa portuguesa.

Até por isto, e apesar da surpresa com que escutou as referências feitas hoje pelo senhor Presidente José Eduardo dos Santos à situação da relação entre os nossos dois países, o Governo reitera a importância que tem atribuído e continua a atribuir ao bom relacionamento entre Portugal e Angola e ao alcance estratégico para Angolanos e Portugueses desse bom relacionamento aos mais diversos níveis. - 15 de Outubro de 2013, Gov. C. M^{os}.

PSD propõe incentivos fiscais para famílias numerosas



O PSD anunciou, dia 8 de Outubro, a apresentação de três diplomas para a concessão de “pequenos incentivos fiscais” a famílias com mais de dois filhos, nomeadamente a redução do Imposto Municipal sobre os Imóveis (IMI).

Em conferência de imprensa na Assembleia da República, a deputada Nilza de Sena revelou que o grupo parlamentar do PSD irá apresentar um projecto de lei e dois projectos de resolução, “que vêm apoiar as famílias portuguesas, conferindo-lhes pequenos incentivos fiscais”.

O projecto de lei da autoria da bancada social-democrata visa a redução do IMI para as famílias com maior número de dependentes a seu cargo.

Assim, para as famílias com dois dependentes é proposta a redução da taxa de IMI até 10 por cento, para as famílias com três dependentes a redução deverá ser até 25 por cento, enquanto para as famílias com quatro dependentes a redução poderá ir até 50 por cento, ou seja, metade do valor agora cobrado.

Para as famílias com cinco dependentes é proposta uma redução até 60 por cento e para os casos em que existem seis ou mais dependentes, a redução poderá chegar até aos 75 por cento.

“Este projecto concede autonomia a cada município para definir políticas fiscais em sede de IMI, que, salientamos, discriminem positivamente as famílias, pela via da diminuição da taxa aplicada a agregados familiares mais numerosos, sendo esta fixada anualmente em sede de assembleia municipal”, acrescentou a deputada do PSD.

Outro diploma que será apresentado pelo PSD é um projecto de resolução que recomenda ao Governo a alteração do código do IRS, “aliviando a carga fiscal das famílias com mais de três dependentes”.

“Propomos que se proceda à alteração do código de IRS no Orçamento do Estado para 2014, de forma a consagrar a dimensão do agregado familiar, aplicando o princípio ‘per capita’ nos principais itens do modelo”, adiantou Nilza de Sena.

Neste projecto de resolução, o PSD sugere ainda que se reforce as deduções à colecta das despesas de educação, nos agregados com mais de três dependentes a seu cargo.

É ainda recomendado ao executivo o alargamento da natureza das actividades extra-curriculares dos dependentes dedutíveis em sede de IRS e que a sua dedutibilidade passe da Classificação das Actividades Económicas Portuguesas por Ramos de Actividade (CAE) em que os prestadores de

serviços de inserem.

Ainda segundo a deputada do PSD, o grupo parlamentar social-democrata irá também apresentar uma terceira iniciativa destinada às famílias com quatro ou mais filhos.

“Os deputados sociais-democratas sugerem ao executivo que estude a introdução de uma taxa reduzida em sede de imposto sobre veículos na aquisição de viaturas de passageiros com lotação superior a cinco lugares por sujeitos passivos que, comprovadamente, tenham mais de três dependentes”, referiu.

Nilza de Sena sustentou ainda que as três iniciativas apresentadas pelo PSD são “propostas muito concretas” e “credíveis”, que conferem “maior justiça social, aliviando a carga fiscal das famílias com maior número de filhos”.

PSD associa-se a voto de pesar sobre a tragédia de Lampedusa

O PSD associou-se a um voto de pesar, apresentado pela Presidente da Assembleia da República, sobre a tragédia de Lampedusa (Itália). Em nome dos sociais-democratas, António Rodrigues saudou a actuação de Assunção Esteves por tomar esta iniciativa e por permitir a oportunidade de fazer uma reflexão sobre um problema que, sendo uma questão humanitária, é também um problema político.

“Não deveriam ser as centenas de mortes que nos deveriam convocar para esta reflexão, nem tão pouco a questão de saber de quem é a jurisdição. É um problema político, que carece de resposta política que carece de uma resposta de todos nós. É uma discussão que urge mais do que reflectir, mais do que debater, agir”, alertou o deputado.

O vice-presidente da bancada do PSD declarou que este é um problema que convoca todo o Mediterrâneo para esta discussão para que, em conjunto, possa encontrar respostas, para que não ocorram mais centenas de desembarques e centenas de mortes. Nesse sentido, o social-democrata entende que Portugal, na reunião dos países do sul da Europa com os países do norte de África, deve ter uma voz para alertar para este problema e deve contribuir para alcançar uma solução.





Mota Pinto na apresentação dos candidatos do PSD



PROSSEGUIR OS PRINCÍPIOS DEFENDIDOS POR SÁ CARNEIRO

“No respeito pelo seu ideário e práticas políticas, prossequindo os princípios defendidos com verdade e tenacidade por Francisco Sá Carneiro, o PSD apresenta-se ao eleitorado com propostas e soluções que visam o progresso da sociedade portuguesa, em liberdade, e na procura de uma maior justiça social. Nelas assume particular relevo a eliminação das injustiças, das discriminações e de todos os tipos de pobreza e de indignas carências — são palavras de Mota Pinto, proferidas em Lisboa, quando da apresentação pública dos candidatos sociais-democratas às eleições de Abril.

“Os deputados do PSD pugnarão por um tempo de trabalho útil mais dilatado e mais produtivo” — salientou o vice-presidente da comissão política do nosso partido, acrescentando que nós, os sociais-democratas, “somos o fiel da balança entre o caminho do colectivismo e do conservadorismo”. Aqui fica, na íntegra, o discurso então proferido por Mota Pinto.

PÁGINA 2

Direcções Distritais de Campanha reuniram com Direcção Nacional

As Direcções Distritais e Nacional de Campanha estiveram reunidas no passado fim-de-semana, em Lisboa, debatendo temas relacionados com as próximas eleições legislativas. A encerrar esse se-

minário, o presidente da Comissão Permanente Nacional, Vítor Crespo, teve uma intervenção em que traçou as linhas mestras de actuação do nosso Partido face aos imperativos nacionais (Págs. 4 e 5)

MONUMENTO A SÁ CARNEIRO

Termina no próximo dia 29 de Abril o prazo para entrega dos trabalhos concorrentes ao monumento a Francisco Sá Carneiro, a erguer na placa central da Praça do Areeiro, em Lisboa, na sequência de iniciativa tomada pelo jornal “O Dia”.

Como foi oportunamente noticiado, o júri decidiu por unanimidade, em Outubro do ano passado, não atribuir, a qualquer dos concorrentes, os prémios estabelecidos no Programa do Concurso, pelo que a Comissão Executiva da Construção do Monumento abriu novo concurso, cujo programa hoje voltamos a publicar, na pág. 11.

Manifesto eleitoral é hoje apresentado

O PSD promove hoje, na sede nacional, uma conferência de Imprensa para apresentação do seu Manifesto Eleitoral.

Na referida conferência de Imprensa, que tem início às 10 horas, usará da palavra Mota Pinto, estando igualmente presentes os membros da Direcção Política do Partido.

VITÓRIA EM ESMORIZZ CONFIRMA ARRANCADA DA SOCIAL DEMOCRACIA

O PSD ganhou com significativa margem as eleições para a Assembleia de Freguesia de Esmoriz, concelho de Ovar, repetidas no passado domingo, em consequência do empate com o PS em 12 de Dezembro de 1982. Nesta repetição eleitoral, o PSD obteve 1804 votos; o PS, 1141; a APU, 207; e o CDS, 185.

Verificou-se assim que o PSD cresceu em mais de 500 votos, relativamente a Dezembro do ano passado, enquanto que o PS desceu em cerca de 200.

Comentando a significativa vitória

obtida pela Social Democracia em Esmoriz, Mota Pinto afirmou: “Nesta nova arrancada do PSD, o eleitorado vê em nós a força que pode dar confiança à economia, responsabilidade ao Estado e equilíbrio e justiça social. Alguma coisa se alterou desde 12 de Dezembro, considerando em que o PSD conseguiu uma importante vitória”.

E a terminar: “O eleitorado confiou na competência e prestígio dos nossos autarcas em Esmoriz”.

Aumentados os Funcionários Públicos

O Conselho de Ministros na reunião da passada semana aprovou o aumento dos vencimentos e das diuturnidades dos funcionários públicos em 17%. Decidiu ainda aumentar o quantitativo dos subsídios de refeição para 90\$00.

O Conselho de Ministros aprovou alguns projectos de diplomas, de entre os quais se salienta: — o projecto de decreto-lei que extingue o serviço médico à periferia, autoriza os médicos da carreira hospitalar com menos de um ano de exercício de funções a concorrerem a concursos com provas práticas e atribui bonificações de nota aos médicos da carreira de

clínica geral, de acordo com o tipo de concelho e tempo de trabalho, com vista ao próximo concurso para clínicos gerais.

— e o projecto de decreto-lei que revoga o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 176/80, de 30 de Maio (que alterou o Código da Propriedade Industrial).

O Conselho de Ministros ouviu uma exposição do Ministro de Estado e das Finanças e do Plano sobre as conclusões da última reunião do Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos e debruçou-se sobre as medidas económicas, financeiras e energéticas impostas pelas circunstâncias vividas no nosso país.

Edição n.º 450 do “Povo Livre”, de 16 de Março de 1983. Manchete: “Mota Pinto na apresentação dos candidatos do PSD: Prosseguir os princípios defendidos por Sá Carneiro”. José Silva Marques era o director do órgão oficial do PSD.



O factor empreendedorismo

Jaime Quesado (*)

As mais recentes em sede de Empreendedorismo suscitam a oportunidade de uma breve reflexão sobre a importância de uma Agenda Estratégica para um verdadeiro Capital Empreendedor no país. O modelo tradicional de criação de valor mudou por completo e nesta fase crítica da economia portuguesa a aposta tem que ser clara – apoiar novas Empresas, de preferência de base tecnológica, assentes numa forte articulação com Centros de Competência e capazes de ganhar dimensão global. Ganhar o desafio de um Portugal Empreendedor é em grande medida a demonstração da capacidade de uma nova agenda, assente na inovação, conhecimento e criatividade como factores que fazem a diferença, numa ampla base colaborativa e participativa.

O primeiro grande vector desta afirmação do Capital Empreendedor passa pela activação positiva do Capital Social. Dinamizar uma Cultura de Participação Efectiva, consolidar mecanismos de valorização da ética comportamental por parte dos diferentes actores, estabelecer uma matriz doutrinária pedagogicamente disseminada de qualificação dos princípios do rigor, respeito pela inclusão em sociedade mas aceitação dos resultados do jogo da competitividade. Não se trata de impor “social rules” pré-formatadas a um país com padrões comportamentais historicamente consolidados, mas de fazer do desafio da qualificação do Capital Social Global um exercício exigente de responsabilidade colectiva de mudança da capacidade de ir a jogo.

O exercício de maior selectividade dos potenciais promotores de projectos e de maior atenção operativa a uma monitorização dos resultados conseguidos terá que ser acompanhado desta acção global de qualificação sustentada da rede de actores que compõem o quadro de animação social e económica do território. Não se realizando por decreto, não restam dúvidas que esta acção de “competence building” de entidades da administração pública central e local, centros de ensino e saber, empresas, associações e demais protagonistas da sociedade só tem sentido de eficácia se resultar dum exercício de “cumplicidade estratégica” entre os diferentes protagonistas. Só assim se consegue Empreender com sucesso.

Cabe às empresas o papel central na criação de riqueza e promoção duma cultura sustentada de geração de valor, numa lógica de articulação permanente com Universidades, Centros I&D e outros actores relevantes. São por isso as empresas essenciais na tarefa de endogeneização de activos de Capital Empreendedor com efeito social estruturante e a “leitura” da sua prática operativa deverá constituir um exercício de profunda exigência em termos de análise. Tendo sido as empresas um dos actores fortemente envolvidos nas dinâmicas de financiamento comunitário ao longo destes últimos vinte anos ressaltam indícios de défice de “capital empresarial” em muitos dos protagonistas envolvidos. Torna-se por isso imperativo apostar numa agenda de mudança.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro



A Ministra da Justiça e os Senhores Jornalistas

Luiz Vasconcellos (*)

A Ministra da Justiça esteve no Porto, para uma das habituais sessões do “Clube dos Pensadores”, um fórum de reflexão e análise que se debruça sobre problemas políticos e intelectuais, tendo havido sessões de debate com temas, por exemplo, sobre: “Sistema Político, alternância e alternativas” (Manuel Alegre); “A política no séc.XXI, Que valores? Que partidos? Que cidadãos?” (Manuel Maria Carrilho) e “Expectativas Económicas de Portugal” (Medina Carreira).

Reuniões de pessoas que pensam, civilizadas e corteses, que falam calmamente e apresentam os seus argumentos sem hostilidade.

A rádios, a TV e a imprensa portuguesas, disseram, com muito relevo, que “...a Ministra foi vaiada e interrompida...por um grupo ligado ao movimento “Que se lixe a troika”...” e as rádios e televisões faziam ouvir uma gritaria forte de “Demissão! Demissão! gritaria que deixou de se ouvir no fim das peças radiofónicas ou televisivas apresentadas, que acabaram ali e não incluíram qualquer notícia dos temas discutidos no encontro, o que é prova mais que suficiente, que a Informação só lá foi, a pedido, e para registar e publicitar o escarcéu!

Mas o mais interessante foi o que os senhores jornalistas “isentos” não disseram e que foi impossível de esconder hoje: os “manifestantes” eram 9 ou 10 e o ruído só foi muito intenso, porque os técnicos de som levaram os microfones para o meio deles, dando ampliação aos “meninos de coro”.

Acresce que a Ministra se levantou, foi ao encontro deles e convidou-os delicadamente (“fiquem, deixem-se estar, são muito bem-vindos!”) a assistir à sessão, ao que os putativos manifestantes responderam virando-lhe costas, numa demonstração de falta de educação frente a uma Senhora, diga-se “en passant” e - para falar uma linguagem que eles entendam - “bазaram” ou “deram de frosques”.

Não sei o que me causa mais tristeza: se a idiotice, no sentido clínico da palavra, dos “manifestantes”, se as voltas e reviravoltas da ética profissional e da ideia dos deveres de isenção dos senhores jornalistas.

Ensinaam-me mestres do jornalismo de há algumas décadas, insuspeitos quer pela sua posição política, maioritariamente de esquerda, quer pela sua qualidade profissional e fidelidade ao seu próprio sentido de Honra, que uma reportagem é uma narrativa fielmente observada e relatada, com isenção e verdade, de algo que aconteceu; e as opiniões dos jornalistas, que têm todo o direito a elas, sem qualquer limitação, se exprimem na crónica assinada e/ou editorial, ou seja, a posição assumida do órgão de informação que o carrega até ao público...

... ainda se ao menos soubessem escrever ou falar português!

(*) Economista, antigo jornalista



CONVOCATÓRIAS DO PSD**Recepção**

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt

**ABRANTES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Abrantes, para reunir, no próximo dia 26 de Outubro de 2013 (sábado), pelas 20h30, na sede, sita na Rua de São Pedro, 22 – 1º, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Aprovação do Regulamento de funcionamento da Assembleia
- 2 - Análise dos resultados das eleições autárquicas 2013
- 3 – Análise da situação Política

ALMADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Almada, para reunir, no próximo dia 24 de Outubro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Pedro Nunes, nº 3 – B (Traseiras) na Cova da Piedade, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Informações
- 2 – Análise da situação político-partidária

BARREIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Barreiro, para reunir no próximo dia 22 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua de Trás os Montes, nº 4 – B – Freguesia de Santo António da Charneca, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 21h00 às 23h00.

BOMBARRAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção do Bombarral, para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2013, (domingo), pelas 16h00, na Sede, sita na Rua Manuel Lima Souto, 10 r/c dtº., com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição Comissão Política de Secção e eleição Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 20h00.

BORBA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Borba, para reunir, no próximo dia 25 de Outubro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Visconde Gião, nº 64, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise, discussão e aprovação do orçamento para o ano de 2014
- 2 – Análise dos resultados das eleições autárquicas e da situação política local
- 3 - Outros assuntos.

CABECEIRAS DE BASTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto, para reunir no próximo dia 16 de Novembro de 2013 (sábado), pelas 18h00, na sede, sita na Rua das Ponces (Quinchoso), com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 18h00 às 22h00

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede para reunir no próximo dia 28 de Outubro de 2013 (segunda-feira) pelas 19h00, na sede, sita no Edifício Rossio, 2º andar, sala 11, na Praça Marquês de Marialva, com a seguinte

Ordem de trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Análise da situação política e partidária
- 3 – Outros assuntos

CASTELO BRANCO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Castelo Branco, para reunir, no próximo dia 04 de Novembro de 2013 (segunda-feira), pelas 21h00, na sede, a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 – Autárquicas/2013 – análise de resultados

CELORICO DA BEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Celorico da Beira para reunir no próximo dia 16 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 17h30, na Sede, sita na Rua António Fernandes C. Almeida, n.º 19, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

- 1 - Eleição dos Órgãos da Secção
- Comissão Política de Secção
Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 17h30 às 20h30.

CONDEIXA – A – NOVA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Condeixa – a - Nova, para reunir no próximo dia 17 de Novembro de 2013 (domingo), pelas 17h00, na Casa do Povo de Condeixa – a - Nova, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 17h00 às 21h00.

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir, no próximo dia 25 de Outubro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita no Largo Dragões de Olivença, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Sanções (Artº 9)

ÉVORA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Distrital de Évora, para reunir, no próximo dia 24 de Outubro de 2013 (quinta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações
- 2 - Análise da situação política distrital
- 3 – Outros assuntos

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Faro, para reunir, no próximo dia 25 de Outubro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Vasco da Gama, nº 54 – 1º Dtº., com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise do resultado das eleições autárquicas
- 2 – Outros assuntos

LEIRIA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes do Distrito de Leiria, para reunir, nas respectivas sessões de inscrição, Alcobaca, Alvaiázere, Ansião, Batalha, Bombarral, Caldas da Rainha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Óbidos, Pedrogão Grande, Peniche, Pombal e Porto de Mós, no próximo dia 17 de Novembro de 2013, (domingo), pelas 16h00, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto único – Eleição dos órgãos Distritais

a) - Mesa da Assembleia Distrital

b) - Comissão Política Distrital

c) - Conselho de Jurisdição Distrital

d) - Comissão Distrital de Auditoria Financeira

e) - Delegados de Secção à Assembleia Distrital

Locais de Votação e entrega de listas

Alcobaca – R. Engº. Joaquim Vieira da Natividade, loja frente CM, Bloco D

Alvaiázere – Sede do PSD – Rua D. João I

Ansião – Sede do PSD – Av. Dr. Vitor Faveiro

Batalha – Sede do PSD- Rua Dona Filipa de Lencastre

Bombarral – Rua Manuel Lima de Souto, nº 10 r/c Dtº

Caldas da Rainha – Sede do PSD – Praça 5 de Outubro, nº 18 r/c Dtº.

Castanheira de Pera – Sede do PSD – Largo Manuel Dinis Henriques

Figueiró dos Vinhos – Sede do PSD – R. Dr. Manuel Simões Barreiros, 8

Leiria – Sede do PSD – R. Dr. José Jardim, nº 32

Marinha Grande – Sede do PSD – Av. 1º de Maio, nº 72

Nazaré – Sede do PSD – Rua da Sub Vila – Edifício Geauro

Óbidos Votação – Sede da Junta de Freguesia da Amoreira, sita na Praça Azeredo Perdigão, nº 5 Amoreira (Óbidos)

Óbidos entrega de listas – Rua das Poças, s/n Arelho 2510-191 Óbidos.

Pedrogão Grande – Sede do PSD – Largo da RESTAURAÇÃO, Nº 2 – a

Peniche – Sede do PSD – R. Alexandre Herculano, nº 68 – 1º

Pombal – Rua Dr. Luís Torres, lote 4 – 2º

Porto de Mós – Sede do PSD – R. Padre Manuel Espírito

Santo, nº 2

Notas

- As listas candidatas devem ser entregues, na sede Distrital, sita na Rua Dr. José Jardim, nº 32 - Leiria, ao Presidente da Mesa da Assembleia Distrital, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. A sede encontra-se aberta, para o efeito, das 22h00 às 24h00.

- As listas candidatas a Delegados de Secção devem ser entregues, na sede respectiva, ao Presidente da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

- A eleição decorrerá em todas as secções do Distrito entre as 16h00 e as 20h00.

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 20h00

LOUSADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Lousada, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 15H00, na Sede, sita na Rua do Tojeiro, 121, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital, na sede Distrital sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Macedo de Cavaleiros, para reunir, no próximo dia 21 de Outubro de 2013 (segunda-feira), pelas 20h30, na sede, a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise dos resultados das eleições autárquicas

2 - Outros assuntos

MAFRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Mafra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 01 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua do Arvoredos, Bloco B - Ericeira, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise da situação política e eleitoral a nível nacional e local

2 - Eleições para os órgãos distritais a ocorrerem a 09 de Novembro

3 - Outros assuntos

MAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção da Maia, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 15H00, na Sede, sita na Rua Eng. Duarte Pacheco, 987, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, na sede Distrital sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.

MATOSINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Matosinhos, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 25 de Outubro de 2013

(sexta-feira), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 98, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Análise dos resultados eleitorais e da situação política

2 - Discussão e votação da moção de confiança à Comissão Política de Secção de Matosinhos

3 - Discussão e votação de proposta de reorganização dos Núcleos de Matosinhos face à reorganização administrativa faz Freguesias

MELGAÇO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Melgaço, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2013, (sábado) pelas 18h00, na sede, sita na Travessa de S. Tiago, 27 -R/c, em Melgaço, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia e Comissão Política de Secção.

Nota:

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (20 de Novembro), na sede.

- As urnas estão abertas das 18h00 às 20h00

MURÇA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Murça para reunir, no próximo dia 23 de Novembro de 2013 (sábado), pelas 19h00 na sede de Secção, sita na Praça 5 de Outubro, n.º 1, Sala 2, em Murça, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção de Murça

Notas

As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

Urnas estão abertas das 19h00 às 22h00

OURIQUE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ourique, para reunir no próximo dia 15 de Novembro de 2013, (sexta-feira), pelas 19H00, na Rua Dr. Virgílio Saque, nº 36, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição Comissão Política de Secção e eleição Mesa da Assembleia de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 19h00 às 21h00.

POMBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Pombal, para reunir, no próximo dia 02 de Novembro de 2013 (sábado), pelas 21h00, na sede, sita na Rua Dr. Luis Torres, 4 -2 °,com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações da Comissão Política de Secção

2 - Balanço das eleições Autárquicas 2013

PORTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Portalegre, para reunir, no próximo dia 08 de Novembro de 2013 (sexta-feira), pelas 21h00, na sede distrital, sita na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº 17, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1 - Informações

2 - Eleições Autárquicas 2013 e análise da situação político-partidária

3 - Outros assuntos

PÓVOA DE LANHOSO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Póvoa de Lanhoso, para reunir no próximo dia 26 de Outubro de 2013, (Sábado) pelas 15h00 no Teatro Club, sito no Largo António Lopes, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto único - Análise da situação política local

VALONGO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 01 de Novembro de 2013, (Sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Rodrigues de Freitas, 880 - Ermesinde, com a seguinte

Ordem de trabalhos

1 - Informações

2 - Análise da situação política

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Nova de Gaia, para reunir no próximo dia 23 de Novembro de 2013, (sábado), pelas 15H00, na Sede, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, 1323, com a seguinte

Ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição dos Órgãos da Secção

a) Mesa da Assembleia de Secção

b) Comissão Política de Secção

Nota

- As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Comissão Política Distrital do Porto, na sede Distrital sita na Rua Guerra Junqueiro, 64 - Porto, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral;

- As urnas estarão abertas das 15h00 às 19h00.



III CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO DA JSD

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoco o III Conselho Nacional Ordinário da JSD, para o dia 2 de Novembro de 2013, pelas 15h, no Hotel Sana, sito na Av. 25 de Abril, n.º 11, em Seiximbra (Coordenadas para GPS: 38.442470, -9.098433 38° 26' 33" N 09° 05' 55" W), com a seguinte ordem de trabalhos:

1 - Informações;

2 - Análise dos resultados das Eleições Autárquicas;

3 - Análise da situação política;

4 - Agenda JSD para as Eleições Europeias;

5 - Programa Político para a Juventude Portuguesa (PPJP)

SEIXAL

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD, convoca-se o Plenário da Concelhia do Seixal para reunir no dia 25 de Outubro 2013 pelas 21h na sede do PSD Seixal, sita na Rua Movimento das Forças Armadas, 11, 2845-307 Amora, com a seguinte ordem de trabalhos:

•Informações;

•Análise da situação política local e nacional;

•Autárquicas;

•Outros assuntos.

CONSELHO REGIONAL DE SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se os delegados ao Conselho Regional da JSD de Setúbal, para reunirem em assembleia no dia 27 de Outubro de 2013, na Sede da Junta de Freguesia de Canha, no

Montijo, sita na Rua João Tomás Piteira, pelas 18:00 com os seguintes pontos da ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Eleições Autárquicas 2013;
3. Outros assuntos.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social-Democrata e dos regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Mira, para reunir no próximo dia 16 de Novembro (sábado), pelas 18 horas, na Sede do Partido Social-Democrata de Mira, em Mira, com seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política da Concelhia da JSD de Mira.

Notas:

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional da JSD de Coimbra ou a quem estatutariamente o substitua, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas estatutárias e regulamentares da JSD.

O acto eleitoral decorrerá entre as 18h e as 20h.

GOLEGÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD da Secção Concelhia da Golegã, para reunirem no dia 16 de Novembro de 2013, na sede do PSD Golegã, sita na rua D. Afonso Henriques n.º 53, 2150-165 Golegã, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único – Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia da JSD Golegã.

Nota: As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário ou a quem o substitua até às 24 horas do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD.

O ato eleitoral decorre entre as 17h30 e 19h30.

SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia da Concelhia da JSD de Santa Maria da Feira, para o dia 16 de Novembro de 2013 pelas 11h00, na sede do PSD/JSD da Feira, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhias.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 11h00 e as 13h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE LOUROSA - SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Lourosa, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 15 de Novembro de 2013 pelas 21h00, na sede do PSD/JSD de Lourosa, sita no Centro Comercial Avenida, Rua dos Fontanários, nº387A, Freguesia de Lourosa, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 22h30.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

NÚCLEO DE MILHEIRÓS DE POIARES - SANTA MARIA DA FEIRA

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoco a Assembleia do Núcleo Residencial da JSD de Milheirós de Poiares, concelho de Santa Maria da Feira, para o dia 15 de Novembro de 2013 pelas 21h00, na Sede do PSD/JSD de Milheirós de Poiares, sita na Rua da Igreja Velha, S/N, Freguesia de Milheirós de Poiares, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO ÚNICO: Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política do Núcleo.

Nota:

O acto eleitoral decorrerá entre as 21h00 e as 22h00.

As listas candidatas devem ser entregues na Sede Concelhia, sita na Rua dos Descobrimentos, n.º 18, na Freguesia da Feira, ao Presidente da Mesa ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

CONSELHO REGIONAL DE VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos estatutos da JSD, convoca-se o Conselho Regional da JSD/ Viana do Castelo, para reunir no próximo dia 2 de Novembro de 2013 pelas 15h30m, na Sede do PSD de Ponte da Barca, sita Av. da Liberdade - Loteamento do Cruzeiro, Letra F – R/c, 4980 - 604 PONTE DA BARCA, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Balanço das eleições autárquicas 2013;
- 2- Análise da Situação Política;
- 3- Outros assuntos de interesse.

LOURINHÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Secção da Lourinhã, para reunir no dia 26 de Outubro de 2013, pelas 18h00 na Sede Concelhia da Lourinhã, que sita na Rua Adelino Amaro da Costa, lote 27, cave A, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Autárquicas 2013;
- 2 - Militantes/Cotas;
- 3 - Acções e Actividades 2013;
- 4 - Outros assuntos.

BENAVENTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Benavente, para reunirem no dia 16 de Novembro de 2013, pelas 18h, na Sede do PSD de Benavente, sita na Praça Anselmo Xavier 13, 1.º, Benavente, 2130 Benavente., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Benavente.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 18h e as 20h.

TORRES NOVAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Concelhia de Torres Novas, para reunirem no dia 16 de Novembro de 2013, pelas 15h, na Sede do PSD de Torres Novas, sita na Rua do Conde, n.º 8. 1º Andar, 2350-421 Torres Novas., com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Torres Novas.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 15h e as 17h.

RIO MAIOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da secção de Rio Maior, para reunirem no dia 17 de Novembro de 2013, pelas 15h, na sede do PSD de Rio Maior, sita na Av. Paulo VI, 102 - 1º Dto, 2040-325 Rio Maior, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Mesa do Plenário e Comissão Política Concelhia de Rio Maior.

Nota:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Conselho Regional ou a quem o substitua até às 24h do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamento do Acto Eleitoral da JSD.

O acto eleitoral decorre entre as 15h e as 17h.

ESTA CONVOCATÓRIA ANULA A ANTERIOR, PL 2 DE OUTUBRO DE 2013

SANTARÉM

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD/Santarém, a reunir no próximo dia 16 de Novembro de 2013, pelas 16:00H, na Sede do PSD de Santarém na Calçada de Mem Ramires, 2000 Santarém, com a seguinte ordem de trabalhos:

1-Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política de Concelhia.

Notas:

As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Plenário Regional ou a quem o substitua, até às 24:00H do terceiro dia anterior ao acto eleitoral.

O acto eleitoral decorrerá entre as 16:00H e as 18:00H.



VI CONGRESSO NACIONAL DOS ASD

Cantanhede, 16 de Novembro de 2013

Regulamento do Congresso

Artigo 1.º

Data e Ordem de Trabalhos

O V Congresso Nacional dos ASD reúne em Cantanhede, no Salão dos Bombeiros Voluntários, no dia 16 de Novembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Abertura dos Trabalhos
2. Estratégia Política e Autárquica
3. Eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD
4. Sessão de Encerramento

Artigo 2.º

Organização dos Trabalhos

1. Os trabalhos decorrerão de acordo com o seguinte horário:
 - 12H30 – Recepção aos Congressistas
 - 14H30 – Sessão de Abertura
 - 15H00 – Apresentação das Moções
 - Início das votações para a eleição dos Órgãos Nacionais dos ASD: Mesa do Congresso, Conselho Nacional, Conselho de Jurisdição Nacional e Comissão Política Nacional.
 - 16H00 – Discussão e votação da estratégia Política e Autárquica.
 - 19H00 – Proclamação dos resultados das eleições e das moções.
 - Sessão de Encerramento

Nota: A votação das listas aos Órgãos Nacionais processa-se ao mesmo tempo em que decorrem os trabalhos e por voto secreto, entre as 15h e as 16,30h.

2. A distribuição dos tempos de intervenção processa-se da seguinte forma:
 - a) O presidente da CPN usará da palavra sem limite de tempo, no início e no final do debate, bem como no encerramento dos trabalhos.
 - b) Os membros da CPN dispõem de 10 minutos.
 - c) O primeiro subscritor de cada proposta de Moção dispõe de 10 minutos.
 - d) Aos restantes oradores será atribuído o tempo que resultar da divisão do tempo disponível pelo número de inscritos.

Nota: A acumulação de tempo por cedência de oradores inscritos não poderá exceder 10 minutos.

Artigo 3.º

Delegados ASD

1. A Mesa do Congresso; os titulares dos Órgãos Nacionais.
2. Delegados dos Concelhos serão eleitos entre os Autarcas filiados no PSD.

Artigo 4.º

Assembleia de Voto

A eleição dos Delegados, três por concelho, será conduzida em cada Concelho pelas respectivas Comissões Políticas do PSD, no dia 25 de Outubro.

Artigo 5.º

Observadores/Participantes

Podem assistir ao Congresso Observadores e Participantes, sem direito a voto, desde que não tenham sido eleitos Delegados.

Artigo 6.º

Inscrição de Delegados, Observadores, Participantes

1. A inscrição de todos os Delegados, Participantes e Observadores processa-se mediante a remessa à Secretária Geral dos ASD até às 20 Horas do dia 1 de Novembro.
2. O Boletim de Inscrição deve ser acompanhado da quantia de 15 Euros para Delegados e 5 Euros para Observadores e Participantes.
3. A lista de Delegados será publicada na edição de 13 de Novembro do Povo Livre.
4. Só serão permitidas substituições de Delegados eleitos pelos respectivos suplentes desde que deem entrada na sede dos ASD até ao dia 8 de Novembro.

Artigo 7.º

Moções e Candidaturas aos Órgãos Nacionais

1. As Moções e as Candidaturas deverão ser dirigidas ao Presidente da Mesa do Congresso e entregues na sede dos ASD, na Rua Ricardo Espírito Santo, n.º 1, R/c Dto., 1200-790 Lisboa, em suporte informático, ou por e-mail: autarcas.social.democratas@sapo.pt, até às 20 Horas do dia 14 de Novembro.
2. As candidaturas processar-se-ão de acordo com o disposto no Artigo 4.º do Regulamento Eleitoral dos ASD.
3. As candidaturas à Comissão Política Nacional terão de ser acompanhadas de Moção Estratégica.

Artigo 8.º

Votações

1. A Mesa submeterá as propostas à votação dos Delegados.
2. Considera-se aprovada a proposta mais votada.

Artigo 9.º

Comunicação Social

Podem assistir aos trabalhos do Congresso representantes de Comunicação Social previamente credenciados pelos ASD.